



## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**AGO 26/04/2018**

## ÍNDICE

I – Mensagem da Diretoria .....	3
II – Informações sobre as matérias objeto de deliberação .....	5
III - Comentários dos Diretores (Seção 10 - Instrução CVM nº 480/09) .....	9
IV - Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9 - Instrução CVM nº 481/09).....	44
V - Administração (Seções 12.5 a 12.10 - Instrução CVM nº 480/09).....	50
VI - Remuneração dos Administradores (Seção 13 - Instrução CVM nº 480/09) .....	57

*Os itens acima são parte integrante desta Proposta da Administração (“Proposta da Administração” ou “Proposta”) e atendem ao disposto na Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada.*

---

---

## I – Mensagem da Diretoria

---

---

Um ano para se destacar na história da Suzano. Assim pode ser classificado 2017. Além de ter alcançado o maior EBITDA de sua história, a Companhia atingiu neste período um novo patamar de governança com a migração para o Novo Mercado, tornou-se maior a partir dos investimentos realizados e ingressou em um novo segmento após o início das operações das fábricas de *tissue*. No âmbito financeiro, a Suzano obteve o Grau de Investimento, refletindo o trabalho realizado na redução da alavancagem e a forte geração de caixa da Companhia.

Essas e outras conquistas foram acompanhadas por contínuos avanços em seus três pilares estratégicos (Competitividade Estrutural, Novos Negócios e Redesenho da Indústria) e por um ambiente internacional favorável.

No mercado de celulose, o ambiente saudável foi explicado principalmente pela demanda da Ásia, por paradas não planejadas de alguns produtores e por conversões não esperadas no mercado. Os fundamentos permitiram à Companhia aumentar em mais de USD 250/tonelada o preço da commodity no decorrer do ano, reajuste completamente implementado em todas as regiões.

A Suzano também seguiu focada em seu pilar estratégico de Competitividade Estrutural, buscando ser melhor a cada dia e otimizando sua estrutura de custos e despesas. O custo caixa de celulose apresentou tendência de queda nos últimos dozes meses e está mantida a meta da Companhia de atingir o custo caixa objetivo em 2018 e em 2021 – 2022.

Em 2017, do lado do papel, o mercado brasileiro continuou pressionado pelo cenário macroeconômico. Mesmo nesse ambiente menos favorável, a Companhia apresentou avanços importantes no Programa Suzano Mais com a manutenção das margens, assim como a flexibilidade na alocação dos volumes nos mercados domésticos e internacionais.

Além disso, no decorrer do segundo semestre do ano, a Companhia iniciou a produção e venda de papel *tissue* produzido nas Unidades Mucuri (BA) e Imperatriz (MA), anunciou a aquisição da empresa Facepa – Fábrica de Papel da Amazônia S.A. e lançou a primeira marca de papeis higiênicos de seu portfólio, a Max Pure®. A partir do começo de 2018, a empresa dará início à comercialização de produtos acabados nos principais mercados das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Com o incremento do portfólio de produtos a Companhia cria valor de forma sustentável, maximiza sua base de ativos e se aproxima cada vez mais do consumidor final.

A disciplina financeira permitiu operações de *liability management* que contribuíram para o alongamento de prazo e a redução do custo da dívida. Algumas operações de mercados de capitais foram destaques no ano: emissão de um Bond com prazo de 30 anos, reabertura dos Bonds 2026 e 2047, e recompra de parte relevante do Bond 2021. A performance da Suzano no ano foi reconhecida, com a elevação do rating para 'BBB-' (Grau de Investimento) pela Fitch Ratings, reflexo, entre outras coisas, da redução da alavancagem impulsionada pela forte geração de caixa.

Ainda concluímos a ampliação da Unidade Imperatriz, a instalação de uma nova linha de *Cut Size*, de um novo cristalizador e de uma nova Estação de Tratamento de Efluentes em Mucuri. Todos os projetos *on-time* e *on-budget*.

Um marco histórico para a Companhia e também para o mercado de capitais foi a migração para o Novo Mercado da B3. Reforçando o comprometimento e a visão de longo prazo dos acionistas controladores a migração foi feita sem solicitação de prêmio de controle, além de materializar uma Suzano ainda mais preparada para novos ciclos de crescimento.

Merecem destaque também a indicação da Suzano no primeiro lugar do ranking Melhores Empresas para Começar a Carreira em 2017, da Você S/A, e a Pesquisa de Engajamento que comprovou a identificação do time Suzano com a Companhia. Ela mostrou que 95% dos colaboradores sentem orgulho em trabalhar na Suzano, um número muito acima do padrão de mercado, e que 9 em cada 10 sentem-se pessoalmente realizados com seu trabalho. Plantando cuidado e colhendo orgulho, esses mesmos colaboradores participaram de todo o processo de revelação do Propósito da Suzano: Desbravamos Cultivando a Vida.

Em 2017, portanto, a empresa desbravou atingindo resultados fortes e consistentes, evoluiu em seus pilares estratégicos e cultivou a vida solidificando a cultura corporativa, crescendo como time, compartilhando valor com todos os stakeholders e estruturando-se para o futuro.

Para 2018, a Suzano segue desbravando suas trilhas de crescimento, respeitando sempre os critérios de alocação de capital: ROIC, Escalabilidade, Difícil Replicabilidade e Vantagem Competitiva. A Suzano continuará privilegiando e buscando projetos que apresentem melhor rentabilidade e gerem valor não só para seus acionistas, mas para todos aqueles que fazem parte dessa cadeia.

Por 2017, portanto, a Diretoria da Suzano agradece aos clientes, investidores, fornecedores, comunidades com as quais a empresa interage, parceiros e colaboradores, que contribuíram para que o ano de 2017 ficasse na história.

Para 2018, a Suzano seguirá em frente, preservando o jeito cada vez mais Forte-e-Gentil, Desbravando e Cultivando a Vida.

#### **A Diretoria.**

---

---

## II – Informações sobre as matérias objeto de deliberação

---

---

Senhores Acionistas,

A Administração da Suzano Papel e Celulose S.A. (“Companhia” ou “Suzano”) vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas a serem objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2018.

**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017, bem como apreciar o relatório da administração relativo a tal exercício social.**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do relatório do auditor independente e do parecer Conselho Fiscal estão disponibilizados no website da Companhia [www.suzano.com.br/ri](http://www.suzano.com.br/ri) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), tendo recebido do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia manifestações favoráveis à sua aprovação nos termos das reuniões desses órgãos realizadas, ambas, no dia 07 de fevereiro de 2018.

*As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 10 do Formulário de Referência e com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada (“ICVM 481”), constam desta Proposta nos termos do item III adiante.*

**Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2017 e sobre a distribuição de dividendos**

Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, um lucro líquido de R\$ 1.807.433.247,41 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos), cuja proposta da Administração da Companhia para sua destinação segue abaixo:

- (i) R\$ 56.998.483,57 (cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais, cinquenta e sete centavos), relativos à realização, via depreciação e/ou baixa de itens do imobilizado, do custo atribuído (“*deemed cost*”) à determinados ativos na adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, para absorção pela conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial;
- (ii) R\$ 29.332,56 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), relativos a dividendos prescritos, os quais foram revertidos do passivo circulante para a conta de Lucros Acumulados do exercício, sendo adicionado ao lucro remanescente do exercício para fins de constituição das reservas de lucros estatutárias nos termos do art. 287, inciso I, alínea “a” da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);

- (iii) R\$ 17.107.161,07 (dezesete milhões, cento e sete mil, cento e sessenta e um reais, sete centavos), relativos ao cancelamento de 1.912.532 (um milhão, novecentos e doze mil, quinhentas e trinta e duas) ações preferenciais Classe “B”, mantidas em tesouraria, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2017;
- (iv) R\$ 90.371.662,37 (noventa milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos) para a constituição da Reserva Legal nos termos do art. 193, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) R\$ 210.256.385,43 (duzentos e dez milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,19222 por ação ordinária da Companhia, para pagamento a título de dividendos mínimos obrigatórios, já deduzidos do montante global de dividendos os valores distribuídos a título de juros sobre o capital próprio aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 e cujo pagamento ocorreu de forma antecipada em 11 de dezembro de 2017;
- (vi) R\$ 1.035.260.285,89 (um bilhão, trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) para a constituição da Reserva para Aumento de Capital nos termos do artigo 26º, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia;
- (vii) R\$ 115.028.920,65 (cento e quinze milhões, vinte e oito mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) para a constituição da Reserva Estatutária Especial nos termos do artigo 26, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia; e
- (viii) R\$ 196.603.566,79 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais nos termos do art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

*Para maiores informações sobre esta matéria, por favor, vide documento constante do item IV desta Proposta, elaborado nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481.*

**Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração e deliberar sobre a eleição dos seus membros**

De acordo com o art. 12º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) a 9 (nove) membros, eleitos pela assembleia geral, que, dentre eles, designará o Presidente e até dois Vice-Presidentes. Propõe-se que o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros efetivos, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019. Caso não haja pedido de adoção do processo de voto múltiplo e não seja exercido o direito de eleição em separado previsto no art. 141, §4º da Lei n. 6.404/76, propõe-se, sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, os seguintes candidatos:

Candidato	Cargo
David Feffer	Presidente
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Vice-Presidente
Daniel Feffer	Vice-Presidente
Jorge Feffer	Conselheiro

Antônio de Souza Corrêa Meyer	Conselheiro
Marco Antônio Bologna	Conselheiro
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado	Conselheira
Nildemar Secches	Conselheiro
Rodrigo Kede de Freitas Lima	Conselheiro

*Para maiores informações sobre esta matéria, por favor, vide documento constante do item V desta Proposta, elaborado nos termos da ICVM 481.*

#### **Definir o número de membros que comporão o Conselho Fiscal e deliberar sobre a eleição dos seus membros**

De acordo com o art. 25º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. Com relação à composição do Conselho Fiscal com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia propõe que esse Conselho seja composto de 3 (três) membros e apoia a eleição dos Srs. Luiz Augusto Marques Paes e Rubens Barletta, como membros efetivos, e como respectivos suplentes, os Srs. Roberto Figueiredo Mello e Luiz Gonzaga Ramos Schubert, todos indicados pelo acionista controlador da Companhia.

Ademais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, a Companhia recebeu de seus acionistas a indicação (i) dos Srs. Eraldo Soares Peçanha e Kurt Janos Toth para atuarem como membros efetivo e suplente, respectivamente, e (ii) do Sr. Vitor Paulo Camargo Gonçalves e da Sra. Beatriz Pereira Carneiro Cunha para atuarem como membros efetivo e suplente, respectivamente.

*Para maiores informações sobre esta matéria e sobre a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, vide documentos constantes dos itens V e VI desta Proposta, nos termos das Seções 12 e 13 do Formulário de Referência e da ICVM 481.*

#### **Fixar a remuneração anual global da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia**

Propõe-se aos Acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Ordinária a aprovação do montante global anual de até R\$ 60.393.973,66 (sessenta milhões, trezentos e noventa e três mil, novecentos e três reais e sessenta e seis centavos) a título de remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) e do Conselho Fiscal da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia.

O montante proposto compreende: (a) até R\$ 13.805.239,35 (treze milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros do Conselho de Administração; (b) até R\$ 45.825.880,81 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e um centavos) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria; (c) até R\$ 762.853,50 (setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) correspondentes à remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal; e (d) os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e que sejam de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza que estejam incluídos nos referidos valores.

A remuneração variável corresponde ao bônus e ao incentivo de longo prazo, cujo pagamento está vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Assim sendo, o pagamento da



remuneração variável é condicionado e proporcional ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devido, na hipótese de as metas em questão não serem atingidas.

As práticas de remuneração adotadas pela Companhia para definição do montante da remuneração avaliam o ambiente externo e comparam, anualmente, sua grade salarial com mercados de referência compostos por empresas concorrentes nos segmentos em que atua, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que a Companhia pratica, inclusive contando com pesquisas de consultorias especializadas.

A remuneração da Administração da Companhia visa o alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia, além de considerar as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

Frise-se que o montante global anual proposto acima, refere-se à verba máxima total que pode vir a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2018 e março de 2019.

*Para maiores informações sobre esta matéria, vide documento constante do item VI desta Proposta, nos termos da Seção 13 do Formulário de Referência e da ICVM 481.*

#### **Comunicar sobre a mudança do jornal em que a Companhia passará a realizar as suas publicações.**

A Administração comunica a alteração de um dos veículos no qual a Companhia realiza as suas publicações na forma da lei, de modo que as publicações da Companhia deixarão de ser realizadas no Jornal “A Tarde” e passarão a ser realizadas no jornal “Correio da Bahia”. A presente alteração entrará em vigor a partir de julho de 2018, de modo que, até lá, as publicações da Companhia continuarão a ser realizadas nos veículos atualmente utilizados pela Companhia, quais sejam: Diário Oficial do Estado da Bahia, jornal “Valor Econômico” e jornal “A Tarde”.

As publicações da Companhia nos demais veículos (Diário Oficial do Estado da Bahia, jornal “Valor Econômico”) não sofrem qualquer alteração.



---

---

### III - Comentários dos Diretores (Seção 10 - Instrução CVM nº 480)

---

---

#### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

##### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos. A Companhia tem concentrado seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos competitivos.

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 1.807,4 milhões, lucro líquido de R\$ 1.692,0 milhões e prejuízo líquido de R\$ 925,4 milhões. Estas variações no resultado da Companhia são reflexos das variações monetárias e cambiais. O EBITDA Ajustado em 2017 foi de R\$ 4.614,9 milhões, enquanto que em 2016 foi de R\$ 3.905,9 milhões e em 2015 foi de R\$ 4.593,7 milhões. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, em 2017 reflete principalmente: (i) a valorização do preço lista da celulose em dólares, (ii) o aumento do volume de vendas de celulose, (iii) a disciplina de custos, (iv) o menor preço do papel exportado, parcialmente compensado pelo aumento do preço do papel no mercado interno e (v) a apreciação do Real em relação ao Dólar.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 11.621,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 10.143,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 9.192,1 milhões. O incremento em relação a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 deve-se, principalmente à destinação do resultado do exercício para reserva legal, reserva para aumento de capital e reserva estatutária, compensado pela destinação de R\$ 380,1 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha uma posição de caixa e equivalente de caixa de R\$ 2.708,3 milhões, em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 3.695,3 milhões, e em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.448,1 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida consolidada totalizava R\$ 9.483,5 milhões, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 10.317,5 milhões e em 31 de dezembro de 2015, R\$ 12.469,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 2,1x, resultado do incremento de EBITDA ajustado no período e pela queda da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2016, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 2,6x, resultado da perda de EBITDA Ajustado no período, parcialmente compensado pela queda da dívida bruta. Em 31 de dezembro de 2015, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 2,7x resultado do incremento do EBITDA Ajustado no período.

##### b) Estrutura de capital.

O percentual do capital composto por capital próprio (Patrimônio Líquido dividido pelo Passivo Total) era de 40,7% em 2017, 34,5% em 2016 e 32,5% em 2015. O percentual do capital composto por capital de terceiros (Passivo Exigível dividido pelo Passivo Total) era de 59,3% em 2017, 65,5% em 2016 e 67,5% em 2015.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

A política de captação de recursos e gestão de caixa da Companhia é orientada pelo conceito de “horizonte de liquidez”, que fornece a medida de tempo durante o qual os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional e os recursos provenientes de financiamentos contratados e não desembolsados, estimada em condições desfavoráveis de mercado, são capazes de suportar o pagamento de todas as obrigações contratadas para o período, incluindo todas as amortizações de principal e juros de financiamentos.

Pelo exposto, a Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, e para isso conta com os recursos existentes, a geração de caixa operacional, o acesso aos mercados de capitais e de financiamentos a custos competitivos, além de diversas alternativas analisadas pela Companhia sempre que necessário.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

A Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item “10.1.f.”.

O financiamento de capital de giro pode ser realizado via operações de financiamento de exportações, que permite o casamento dos fluxos de recebimentos de exportações com os fluxos de pagamentos destes financiamentos, trazendo como vantagem adicional a proteção dos recebíveis de exportações contra o risco de variação cambial.

Para o financiamento de projetos, a Companhia contrata, preferencialmente, empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras instituições de financiamento, como Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e financiamentos externos com apoio de *Export Credit Agencies* (ECA), que oferecem condições competitivas, incluindo prazos de pagamentos de principal e juros compatíveis com os fluxos de retornos dos projetos, de modo a evitar que sua implementação pressione a capacidade de pagamento da Companhia.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

A Companhia possui alto nível de liquidez, geração de caixa consistente e acesso ao mercado de capitais, conforme apontado nos itens “10.1.a.” e “10.1.b.”. Isto garante como explicado no item “10.1.c.”, o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d” e “10.1. f”.

**f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 apresentavam as seguintes fontes (em milhares de Reais):

	Indexador	Taxa média anual de juros em 31/12/2017	Vencimentos	Consolidado			
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	
<b>Imobilizado:</b>							
BNDES - Finem	(a) (b)	Taxa fixa/TJLP	7,19%	2018 a 2026	<b>339.798</b>	1.096.648	1.353.777
BNDES - Finem	(b)	Cesta de moedas/US\$	6,52%	2018 a 2023	<b>165.125</b>	490.718	675.576
BNDES - Finame	(a)	Taxa fixa/TJLP	5,55%	2018 a 2024	<b>4.708</b>	18.548	21.982
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	6,28%	2018 a 2026	<b>244.452</b>	218.937	200.794
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,00%	2018 a 2020	<b>20.577</b>	35.263	49.948
Crédito Rural		Taxa fixa			-	-	112.424
Arrendamento mercantil financeiro		CDI/US\$		2018 a 2022	<b>19.686</b>	23.632	32.619
Financiamentos de importações / ECA	(b) (c)	US\$/Libor	3,05%	2018 a 2022	<b>864.761</b>	1.078.696	1.571.288
					<b>1.659.107</b>	2.962.442	4.018.408
<b>Capital de giro:</b>							
Financiamentos de exportações		US\$/Libor	4,89%	2018 a 2022	<b>844.388</b>	1.940.764	2.501.592
Nota de crédito de exportação		CDI	6,89%	2018 a 2020	<b>2.907.200</b>	3.242.035	3.077.244
Senior Notes	(d) (f)	US\$/Taxa fixa	6,22%	2021 a 2047	<b>4.730.800</b>	3.787.755	2.553.535
Desconto de duplicatas-Vendor				2018	<b>33.363</b>	32.957	38.470
Cédula de Crédito Bancário - CCB					-	-	178.271
Empréstimo Sindicalizado	(e)	US\$/Libor	3,32%	2018 a 2020	<b>1.986.691</b>	1.950.463	2.329.362
Fundo de direitos creditórios				2018	<b>24.665</b>	-	206.454
Outros				2018	<b>5.642</b>	96.363	14.006
					<b>10.532.749</b>	11.050.337	10.898.934
					<b>12.191.856</b>	14.012.779	14.917.342
<b>Parcela circulante (inclui juros a pagar)</b>					<b>2.115.067</b>	1.594.720	2.024.964
<b>Parcela não circulante</b>					<b>10.076.789</b>	12.418.059	12.892.378

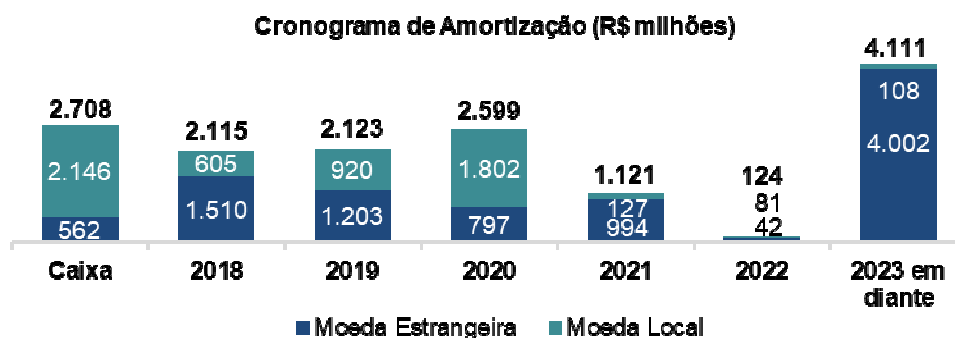
- a) Operações captadas a 6% a.a. da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central. Modelo de operação de termo de capitalização, ou seja, o que ultrapassar 6% a.a., é incorporado ao valor do principal e submetido a mesma taxa de juros nominal citada.
- b) Os empréstimos e financiamentos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas; e (v) fiança bancária.
- c) A Suzano firmou contrato de US\$ 150 milhões para financiar a importação de equipamentos para a Unidade de Mucuri, captou também recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação *Export Credit Agency* ("ECA") de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão, no montante total contratado equivalente a US\$ 535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com garantia *Finnvera* e EKN ("*Export Credit Agency*"). Estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2017, a Companhia cumpriu todas as cláusulas estabelecidas nos contratos.

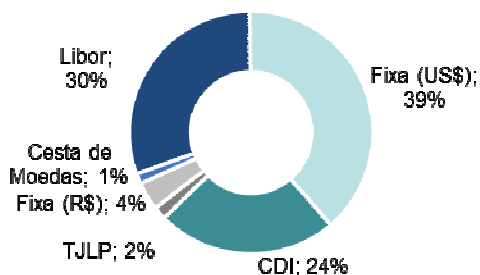
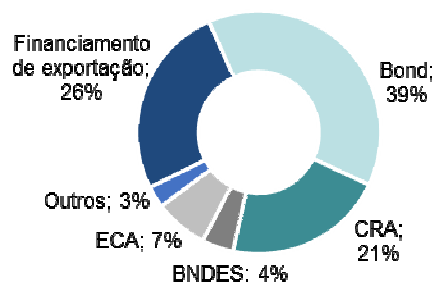
- d) Em setembro de 2017, a Suzano por meio de sua controladora Suzano Trading, recomprou os títulos de dívida *Senior Notes* no valor US\$ 146 milhões, em novembro de 2017 recomprou os títulos de dívida *Senior Notes* no valor US\$ 309 milhões, em dezembro de 2017 recomprou os títulos de dívida *Senior Notes* no valor US\$ 623 mil.
- e) Em maio de 2015, a Companhia, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre maio de 2018 e maio de 2020. Em 08 de fevereiro de 2018, a Suzano Pulp and Paper Europe S.A., subsidiária integral da Companhia, contratou uma operação financeira de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada no valor de US\$ 750 milhões, com prazo total de 5 anos e 3 anos de carência, tendo a Companhia e a Suzano Trading Ltd., também subsidiária da Companhia, como garantidoras da operação. Os recursos obtidos foram utilizados para a liquidação da operação financeira de pré-pagamento de exportação contratada em maio de 2015, bem como para o financiamento de operações de exportação.
- f) Em março de 2017, a Suzano por intermédio da sua subsidiária Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, cupom com pagamento semestral de 7,00% a.a. e retorno para o investidor de 7,375% a.a. Em setembro de 2017, a Companhia, por intermédio da sua subsidiária Suzano Áustria, realizou a reabertura dos *Senior Notes* com vencimento em 2026 e 2047 para a captação no mercado internacional no valor de US\$ 200 milhões com vencimento em 14 de julho de 2026 e US\$ 200 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, cupom com pagamento semestral de 5,75% a.a. e 7,00% e retorno para o investidor de 4,625% a.a. e 6,30% a.a. respectivamente. A Suzano é garantidora dessas emissões, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da Suzano, e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.

Em determinados contratos de financiamentos há cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros. As cláusulas de *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), os quais na data dessas demonstrações financeiras a Companhia encontra-se adimplente. No caso das cláusulas de *covenants* não financeiros, dispõe essencialmente de nível máximo de cessão de contas a receber, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais.

#### Amortizações

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de dezembro de 2017, assim como a exposição do endividamento da Companhia por indexadores, são apresentados abaixo:



**Exposição por indicador em 31/12/2017**

**Exposição por instrumento em 31/12/2017**


#### g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017 havia três contratos de financiamento vigentes com saldos pendentes de desembolso e com limites de utilização. Os contratos em questão são o Contrato de Abertura de Crédito Fixo, celebrado com o BB, e dois contratos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil, conforme abaixo explanado:

Agente Financeiro	Contrato	Financiamento	Indexador	Taxa de Juros (% a.a.)	Vencimento	Desembolsos Realizados		Saldo Disponível	
						Valor	%	Valor	%
BNB/FNE	Cédula Rural Hipotecária	R\$ 49,4 milhões	Taxa Fixa	10%	08/11/2023	-	-	R\$ 49,4 milhões	100%
BNB/FNE	Contrato Abertura de Crédito	R\$ 346,4 milhões	Taxa Fixa	10%	29/12/2026	R\$ 72 milhões	21%	R\$ 274,4 milhões	79%
BB/FDNE	Contrato de Abertura de Crédito Fixo	R\$ 260,2 milhões	Taxa Fixa	8%	01/12/2025	-	-	R\$ 260,2 milhões	100%

Observação: Para os contratos do BNB, temos um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros definida em contrato.

#### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

##### Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### Incentivos Fiscais

As unidades industriais de Mucuri (BA) e de Imperatriz (MA) estão situadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e possuem o incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração e da Depreciação Acelerada Incentivada – DAI.

Para a unidade de Mucuri (BA), as Linhas 1 e 2 gozam do incentivo fiscal redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração até os anos calendário 2024 e 2018 respectivamente. A unidade de Imperatriz tem a fruição do incentivo válida

até o ano 2024. Este incentivo fiscal é calculado no resultado das operações incentivadas apurado com base no lucro da exploração. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda. O valor reduzido de imposto de renda é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal.

O benefício da DAI representa o diferimento do pagamento do IRPJ e não alcança a CSLL. Este benefício fiscal é controlado na Parte "B" da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF"), portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

Na unidade de Mucuri (BA), a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e do Maranhão, o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até dezembro de 2018 e poderá ser exercido até o 4º ano seguinte à aquisição do ativo imobilizado.

## Análise Comparativa dos Resultados Consolidados

### Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado			Variações	
	2017	2016	2015	2017 x 2016	2016 x 2015
				%	%
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	11.700.172	11.056.340	11.263.266	5,8%	(1,8%)
Deduções de vendas	(1.179.382)	(1.174.027)	(1.038.905)	0,5%	13,0%
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>10.520.790</b>	<b>9.882.313</b>	<b>10.224.361</b>	<b>6,5%</b>	<b>(3,3%)</b>
Custo dos produtos vendidos	(6.449.468)	(6.571.622)	(6.184.246)	(1,9%)	6,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.071.322</b>	<b>3.310.691</b>	<b>4.040.115</b>	<b>23,0%</b>	<b>(18,1%)</b>
Despesas / receitas operacionais	(813.417)	(1.993.598)	(970.131)	(59,2%)	105,5%
Despesas com vendas	(430.825)	(408.810)	(409.986)	5,4%	(0,3%)
Despesas administrativas	(528.974)	(427.100)	(455.629)	23,9%	(6,3%)
Outras despesas / receitas operacionais, líquidas	140.510	(1.150.561)	(104.516)	(112,2%)	1000,8%
Equivalência patrimonial	5.872	(7.127)	-	(182,4%)	100,0%
<b>Lucro Operacional</b>	<b>3.257.905</b>	<b>1.317.093</b>	<b>3.069.984</b>	<b>147,4%</b>	<b>(57,1%)</b>
Resultado Financeiro Líquido	(1.018.840)	1.101.100	(4.428.505)	(192,5%)	(124,9%)
Despesas financeiras	(1.397.889)	(1.156.204)	(4.713.885)	20,9%	(75,5%)
Receitas Financeiras	379.049	2.257.304	285.380	(83,2%)	691,0%
<b>Lucro (Prejuízo) antes de IR e CSLL</b>	<b>2.239.065</b>	<b>2.418.193</b>	<b>(1.358.521)</b>	<b>(7,4%)</b>	<b>(278,0%)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(431.632)	(726.195)	433.167	(40,6%)	(267,6%)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>1.807.433</b>	<b>1.691.998</b>	<b>(925.354)</b>	<b>6,8%</b>	<b>(282,8%)</b>

## Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Exercícios 2017 / 2016

### Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2017 foi de R\$ 10,5 bilhões, 6,5% superior à receita líquida registrada em 2016, de R\$ 9,9 bilhões, resultado da valorização do preço lista da celulose de fibra curta (FOEX médio na Europa em 2017 foi de US\$ 819 vs. US\$ 696 em 2016) e do aumento do volume vendido. A Suzano encerrou o ano com recorde no volume total de



vendas de papel e celulose: 4,8 milhões de toneladas vs. 4,7 milhões de toneladas em 2016. Esses ganhos foram parcialmente compensados pela valorização cambial e redução do preço do papel exportado em BRL.

A receita líquida obtida com as vendas de celulose em 2017 totalizou R\$ 6.891,6 milhões, 12,2% superior à receita apresentada em 2016, em função do aumento do preço internacional da celulose, impactado pela valorização do Real. A receita líquida proveniente da exportação de celulose foi de R\$ 6.271,2 milhões, 15,4% superior ao ano anterior. A participação da receita de celulose proveniente de exportação foi de 91,0% e do mercado interno de 9,0%. A composição da receita da Suzano com venda de celulose em 2017 foi de 46% oriunda da Ásia, 29% da Europa, 14% da América do Norte e 1,2% da América Latina. Quanto à distribuição para uso final, 62% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 15% para Papéis de Imprimir & Escrever, 14% para papéis especiais e 7% para embalagens. O preço líquido médio de venda de celulose atingiu US\$ 598/ton em 2017, 19,9% superior ao valor registrado em 2016. Em BRL, o preço líquido médio foi de R\$ 1.908/ton, 9,7% superior ao praticado em 2016.

A receita líquida obtida com as vendas de papel em 2017 totalizou R\$ 3.629,2 milhões, 3,0% inferior ao ano anterior. Desta receita, 71% foram provenientes das vendas no mercado interno e 29% do mercado externo. A composição da receita total da Suzano com venda de papel em 2017 foi de 88% na América do Sul e Central (incluindo Brasil), 7% na América do Norte e 5% nas demais regiões. A receita líquida do mercado interno apresentou redução de 2,0% em relação ao ano de 2016, impactada principalmente, pelo cenário macroeconômico brasileiro, e a receita líquida de exportação apresentou redução de 5,4% reflexo do menor preço do papel exportado.

O preço líquido médio de papel em 2017 foi de R\$ 3.074/ton, 1,7% inferior ao preço em 2016. Em BRL, o preço médio registrado no mercado externo foi de R\$ 2.839/ton, 8,5% abaixo do preço de 2016.

#### Custo dos Produtos Vendidos ("CPV")

O custo dos produtos vendidos em 2017 totalizou R\$ 6.449,5 milhões, 1,9% inferior ao registrado em 2015, de R\$ 6.571,6 milhões. O CPV unitário em 2017 foi de R\$ 1.345/ton em comparação a R\$ 1.391/ton em 2016. A queda de 3,3% foi inferior à inflação registrada no período (+3,0%), o que comprova a capacidade da Companhia em neutralizar a inflação em sua estrutura de custos.

#### Lucro Bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto foi de R\$ 4.071,3 milhões em 2017, 23,0% superior ao lucro bruto de 2016, de R\$ 3.310,7 milhões.

#### Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 430,8 milhões em 2017, 5,4% superior ao montante registrado em 2016, devido principalmente a maiores despesas logísticas. O indicador "despesas com vendas sobre receita líquida" permaneceu em 4,1%.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 529,0 milhões em 2017, 23,9% superior ao montante registrado em 2016, devido a maiores despesas com remuneração variável. O indicador "despesas administrativas sobre receita líquida" ficou em 5,0%, 0,7 p.p. superior ao ano anterior.

#### Outras Despesas/Receitas Operacionais



As outras receitas operacionais líquidas totalizaram R\$ 140,5 milhões no ano de 2017, impactadas principalmente pelo ajuste de valor justo do ativo biológico, que totalizou R\$ 192,5 milhões (sem efeito caixa). O ajuste reflete principalmente o aumento do preço bruto da madeira no Maranhão e Pará, parcialmente compensado pela redução de produtividade florestal, além de outros efeitos operacionais e econômicos como variação na área plantada, inflação, taxa de desconto, custos futuros de formação florestal, entre outros.

#### EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medida pelo EBITDA ajustado pelos itens “não recorrentes”, foi de R\$ 4.614,9 milhões em 2017, 18,2% superior em relação ao ano de 2016. O aumento do EBITDA é reflexo da valorização do preço lista de celulose, do aumento no volume vendido de celulose e da disciplina de custos, sendo parcialmente impactada, porém, pela apreciação do BRL e pelo menor preço do papel exportado. O EBITDA Ajustado/tonelada em 2017 foi de R\$ 962/ton, 16,4% superior ao período anterior.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 1,0 bilhão em 2017, comparado ao resultado positivo de R\$ 1,1 bilhão em 2016. Esse resultado reflete, principalmente, as variações monetárias e cambiais e resultado com derivativos.

As variações monetárias e cambiais impactaram o resultado de 2017 negativamente em R\$ 179,4 milhões, enquanto que o impacto foi positivo em R\$ 1,4 bilhões em 2016. Contribuiu para esse resultado a variação da taxa de câmbio sobre a exposição de balanço entre a abertura e o fechamento do ano, com impacto contábil na marcação a mercado da parcela da dívida em moeda estrangeira, porém com efeito caixa somente nos vencimentos ou amortizações da dívida. O resultado de operações com derivativos foi positivo em R\$ 73,3 milhões em 2017, comparado ao resultado positivo de R\$ 528,8 milhões em 2016.

A despesa financeira líquida foi de R\$ 912,7 milhões, 14,8% superior à despesa registrada em 2016.

Expurgando os efeitos não recorrentes de pré-pagamento de dívidas teríamos despesa financeira líquida de R\$ 748,9 milhões, 5,7 % inferior à despesa registrada em 2016. Esse desempenho foi alcançado principalmente pela menor alavancagem e pelas operações de *liability management* que reduziram o custo da dívida.

#### Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 2.239,1 milhões em 2017 comparado ao lucro de R\$ 2.418,2 milhões no exercício social de 2016.

#### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 431,6 milhões no exercício de 2017, 40,6% inferior a despesa comparada ao exercício de 2016 de R\$ 726,2 milhões.

#### Lucro (Prejuízo) Líquido

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 1.807,4 milhão em 2016, 6,8% superior ao lucro líquido de R\$ 1.692,0 milhões registrado no ano anterior.

## **Análise Comparativa dos Resultados Consolidados – Exercícios 2016 / 2015**

### Receita Líquida

A receita líquida da Companhia em 2016 foi de R\$ 9.882,3 milhões, 3,3% inferior à receita líquida registrada em 2015, de R\$ 10.224,4 milhões, resultado da deterioração do preço lista da celulose de fibra curta (FOEX médio na Europa em 2016 foi de US\$ 696 vs. US\$ 784 em 2015), parcialmente compensada pelo aumento do volume vendido, pela depreciação do Real e pelos aumentos de preço de papel no mercado doméstico. O volume total de vendas de papel e celulose em 2016 foi recorde de 4,7 milhões de toneladas vs. 4,5 milhões de toneladas em 2015.

A receita líquida obtida com as vendas de celulose em 2016 totalizou R\$ 6.141,9 milhões, 7,0% inferior à receita apresentada em 2015, em função da queda do preço internacional da celulose, parcialmente compensada pela desvalorização do Real. A receita líquida proveniente da exportação de celulose foi de R\$ 5.435,4 milhões, 6,0% inferior ao ano anterior. A participação da receita de celulose proveniente de exportação foi de 88,5% e do mercado interno de 11,5%. A composição da receita da Suzano com venda de celulose em 2016 foi de 41% oriunda da Ásia, 32% da Europa, 15% da América do Norte e 13% da América Latina. Quanto à distribuição para uso final, 55% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 18% para Papéis de Imprimir & Escrever, 18% para papéis especiais e 9% para embalagens. O preço líquido médio de venda de celulose atingiu US\$ 499/ton em 2016, 17,2% abaixo do valor registrado em 2015. Em Reais, o preço líquido médio foi de R\$ 1.740/ton, 13,3% abaixo do praticado em 2015.

A receita líquida obtida com as vendas de papel em 2016 totalizou R\$ 3.740,4 milhões, 3,3% superior ao ano anterior. Desta receita, 70% foram provenientes das vendas no mercado interno e 30% do mercado externo. A composição da receita total da Suzano com venda de papel em 2016 foi de 85% na América do Sul e Central (incluindo Brasil), 9% na América do Norte, 4% na Europa e 2% nas demais regiões. A receita líquida do mercado interno apresentou incremento de 13,4% em relação ao ano de 2015, impactada principalmente, pelos aumentos de preços implementados, enquanto que a receita líquida de exportação apresentou redução de 14,4% reflexo do menor volume vendido e da queda do preço de papel no mercado internacional.

### Custo dos Produtos Vendidos (“CPV”)

O custo dos produtos vendidos em 2016 totalizou R\$ 6.571,6 milhões, 6,3% superior ao registrado em 2015, de R\$ 6.184,2 milhões. O CPV unitário em 2016 foi de R\$ 1.391/ton em comparação a R\$ 1.368/ton em 2015. O incremento de 1,7% foi inferior à inflação registrada no período (+6,3%), e comprova capacidade da Companhia em neutralizar a inflação em sua estrutura de custos.

### Lucro Bruto

Devido aos motivos expostos acima, o lucro bruto foi de R\$ 3.310,7 milhões em 2016, 18,1% inferior ao lucro bruto de 2015, de R\$ 4.040,1 milhões.

### Despesas com Vendas e Administrativas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 408,8 milhões em 2016, em linha com valor registrado em 2015 (-0,3%), assim como o indicador “despesas com vendas sobre receita líquida” que foi de 4,1% p.p.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 427,1 milhões em 2016, 6,3% inferior ao montante registrado em 2015, devido a menores despesas com remuneração variável. O indicador “despesas administrativas sobre receita líquida” ficou em 4,3%, 0,2 p.p. inferior ao ano anterior.

O resultado apresentado reflete a capacidade da Companhia em neutralizar a inflação em suas despesas, assim como otimizar seus recursos.

#### Outras Despesas/Receitas Operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 1.150,6 milhão em 2016, impactadas principalmente pelo ajuste de valor justo do ativo biológico, que totalizou R\$ 781 milhões (sem efeito caixa). O ajuste reflete a redução de produtividade florestal decorrente dos efeitos do *El Niño* no Piauí, na Bahia e no Maranhão; a redução do preço da madeira em São Paulo e no Piauí; além de outros efeitos operacionais e econômicos como variação na área plantada, inflação, WACC, entre outros; parcialmente compensados pelo aumento de produtividade em São Paulo e pelo aumento do preço da madeira nas regiões da Bahia e do Maranhão.

#### EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medida pelo EBITDA ajustado pelos itens “não recorrentes” e “não caixa”, foi de R\$ 3.905,8 milhões em 2016, com margem de 39,5%. A queda do EBITDA ajustado em relação a 2015 se deu, principalmente, pela deterioração do preço lista da celulose, menor preço do papel exportado, porém, parte desse impacto foi compensado pelo aumento do preço do papel no mercado interno, aumento no volume vendido de celulose, depreciação do Real e disciplina de custos e despesas.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 1.101,1 milhão em 2016, comparado ao resultado negativo de R\$ 4.428,5 milhões em 2015. Esse resultado reflete, principalmente, as variações monetárias e cambiais e resultado com derivativos, além redução da despesa financeira líquida.

As variações monetárias e cambiais que impactaram o resultado de 2016 positivamente em R\$ 1.367,3 milhão, enquanto que o impacto foi negativo em R\$ 2.828,4 milhões em 2015, em função da variação da taxa de câmbio sobre a exposição de balanço entre a abertura e o fechamento do ano, com impacto contábil na marcação a mercado da parcela da dívida em moeda estrangeira, porém com efeito caixa somente nos vencimentos ou amortizações da dívida. O resultado de operações com derivativos foi positivo em R\$ 528,8 milhões em 2016, comparado ao resultado negativo de R\$ 630,3 milhões em 2015.

A despesa financeira líquida foi de R\$ 795,0 milhões, 18,0% inferior à despesa registrada em 2015. Esse desempenho é explicado, principalmente, pela redução da alavancagem e pelas operações de *liability management* que reduziram o custo da dívida.

#### Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 2.418,2 milhões em 2016 vs. prejuízo de R\$ 1.358,5 milhão no exercício social de 2015.

### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social no exercício de 2016 foi de R\$ 726,2 milhões, comparado com crédito de R\$ 433,2 milhões no exercício de 2015.

### Lucro (Prejuízo) Líquido

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 1.692,0 milhão em 2016 em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 925,4 milhões no ano anterior.

### **Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados**

#### Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 (Valores expressos em milhões de Reais)

Ativo	Consolidado						Variações			
	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015		31/dez/17 x 31/dez/16	31/dez/16 x 31/dez/15		
		%		%		%		%		
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	1.076,8	3,8%	1.614,7	5,5%	1.477,2	5,2%	(537,9)	-33,3%	137,5	9,3%
Aplicações financeiras	1.631,5	5,7%	2.080,6	7,1%	970,9	3,4%	(449,1)	-21,6%	1.109,8	114,3%
Contas a receber de clientes	2.303,8	8,1%	1.622,2	5,5%	1.886,0	6,7%	681,6	42,0%	(263,8)	(14,0%)
Estoques	1.208,0	4,2%	1.313,1	4,5%	1.316,0	4,7%	(105,2)	-8,0%	(2,9)	(0,2%)
Impostos a recuperar	306,4	1,1%	425,8	1,4%	596,9	2,1%	(119,3)	-28,0%	(171,2)	(28,7%)
Despesas antecipadas	37,1	0,1%	34,6	0,1%	37,1	0,1%	2,5	7,2%	(2,6)	(7,0%)
Ganhos não realizados em operações com derivativos	77,1	0,3%	367,1	1,2%	158,9	0,6%	(290,1)	-79,0%	208,2	131,0%
Adiantamento a fornecedores	49,2	0,2%	493,0	1,7%	0,6	0,0%	(443,8)	-90,0%	492,5	87161,1%
Créditos a receber de venda de energia	14,8	0,1%	11,8	0,0%	49,3	0,2%	3,0	25,4%	(37,6)	(76,1%)
Outras contas a receber	80,6	0,3%	66,6	0,2%	46,1	0,2%	14,1	21,1%	20,6	44,6%
	<b>6.785,3</b>	<b>23,8%</b>	<b>8.029,5</b>	<b>27,3%</b>	<b>6.539,0</b>	<b>23,1%</b>	<b>(1.244,1)</b>	<b>-15,5%</b>	<b>1.490,5</b>	<b>22,8%</b>
Ativos mantidos para venda	11,5	0,0%	-	0,0%	50,0	0,2%	11,5	0,0%	(50,0)	(100,0%)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.796,9</b>	<b>23,8%</b>	<b>8.029,5</b>	<b>27,3%</b>	<b>6.589,0</b>	<b>23,3%</b>	<b>(1.232,5)</b>	<b>-15,4%</b>	<b>1.440,5</b>	<b>21,9%</b>
<b>Não circulante</b>										
Créditos a receber de outras partes relacionadas	-	0,0%	13,0	0,0%	-	0,0%	(13,0)	0,0%	13,0	0,0%
Tributos a recuperar	283,8	1,0%	349,5	1,2%	433,1	1,5%	(65,8)	(18,8%)	(83,5)	(19,3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,6	0,0%	4,6	0,0%	2,6	0,0%	(2,0)	(43,6%)	2,0	79,0%
Ganhos não realizados em operações com derivativos	56,8	0,2%	77,0	0,3%	36,5	0,1%	(20,2)	(26,2%)	40,6	111,3%
Adiantamento a fornecedores	221,6	0,8%	216,6	0,7%	251,3	0,9%	5,0	2,3%	(34,7)	(13,8%)
Depósitos judiciais	113,6	0,4%	87,1	0,3%	61,7	0,2%	26,5	30,4%	25,4	41,3%
Créditos a receber com precatório	61,0	0,2%	56,7	0,2%	56,7	0,2%	4,3	7,5%	0,0	0,0%
Outras contas a receber	31,5	0,1%	36,9	0,1%	22,8	0,1%	(5,5)	(14,8%)	14,1	61,7%
	<b>770,8</b>	<b>2,6%</b>	<b>841,5</b>	<b>2,9%</b>	<b>864,6</b>	<b>3,1%</b>	<b>(70,7)</b>	<b>(8,4%)</b>	<b>(23,1)</b>	<b>(2,7%)</b>
Ativos biológicos	4.548,9	15,9%	4.072,5	13,9%	4.130,5	14,6%	476,4	11,7%	(58,0)	(1,4%)
Investimentos	6,8	0,0%	0,9	0,0%	-	0,0%	5,9	674,8%	0,9	0,0%
Imobilizado	16.211,2	56,8%	16.235,3	55,2%	16.346,2	57,8%	(24,1)	(0,1%)	(111,0)	(0,7%)
Intangível	188,4	0,7%	219,6	0,7%	329,6	1,2%	(31,2)	(14,2%)	(110,0)	(33,4%)
	<b>20.955,3</b>	<b>73,5%</b>	<b>20.528,3</b>	<b>69,8%</b>	<b>20.806,4</b>	<b>73,6%</b>	<b>427,0</b>	<b>2,1%</b>	<b>(278,1)</b>	<b>(1,3%)</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>21.726,1</b>	<b>76,2%</b>	<b>21.369,8</b>	<b>72,7%</b>	<b>21.671,0</b>	<b>76,7%</b>	<b>356,3</b>	<b>1,7%</b>	<b>(301,2)</b>	<b>(1,4%)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>28.523,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.399,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.260,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>(876,3)</b>	<b>-3,0%</b>	<b>1.139,3</b>	<b>4,0%</b>

Passivo	Consolidado										
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015			Variações	
		%		%		%	31/dez/17 x 31/dez/16	%	31/dez/15 x 31/dez/14	%	
<b>Circulante</b>											
Fornecedores	610,5	2,1%	582,9	2,0%	581,5	2,1%	27,5	4,7%	1,4	0,2%	
Empréstimos e financiamentos	2.115,1	7,4%	1.594,7	5,4%	2.025,0	7,2%	520,3	32,6%	(430,2)	(21,2%)	
Perdas não realizadas em operações com derivativos	23,8	0,1%	250,4	0,9%	281,3	1,0%	(226,6)	(90,5%)	(30,9)	(11,0%)	
Impostos a pagar	125,8	0,4%	78,2	0,3%	56,3	0,2%	47,7	61,0%	21,9	38,9%	
Remunerações e encargos a pagar	196,5	0,7%	165,0	0,6%	164,8	0,6%	31,4	19,0%	0,2	0,2%	
Compromissos com aquisição de ativos	83,2	0,3%	85,7	0,3%	91,3	0,3%	(2,6)	(3,0%)	(5,6)	(6,1%)	
Dividendos a pagar	180,6	0,6%	371,0	1,3%	0,1	0,0%	(190,4)	(51,3%)	370,9	303996,7%	
Adiantamento de clientes	92,5	0,3%	514,8	1,8%	32,1	0,1%	(422,2)	(82,0%)	482,7	1505,7%	
Outras contas a pagar	280,4	1,0%	187,1	0,6%	278,2	1,0%	93,3	49,9%	(91,2)	(32,8%)	
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.708,4</b>	<b>13,0%</b>	<b>3.829,9</b>	<b>13,0%</b>	<b>3.510,6</b>	<b>12,4%</b>	<b>(121,6)</b>	<b>(3,2%)</b>	<b>319,3</b>	<b>9,1%</b>	
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos	10.076,8	35,3%	12.418,1	42,2%	12.892,4	45,6%	(2.341,3)	(18,9%)	(474,3)	(3,7%)	
Perdas não realizadas em operações com derivativos	104,1	0,4%	221,0	0,8%	353,8	1,3%	(117,0)	(52,9%)	(132,8)	(37,5%)	
Compromissos com aquisição de ativos	502,8	1,8%	609,1	2,1%	733,5	2,6%	(106,3)	(17,4%)	(124,4)	(17,0%)	
Provisão para contingências	317,1	1,1%	246,6	0,8%	198,6	0,7%	70,4	28,6%	48,1	24,2%	
Provisão para passivos atuariais	351,3	1,2%	339,0	1,2%	263,1	0,9%	12,3	3,6%	75,9	28,8%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.790,0	6,3%	1.559,1	5,3%	1.037,9	3,7%	230,9	14,8%	521,2	50,2%	
Plano de remuneração baseado em ações	38,3	0,1%	18,8	0,1%	42,7	0,2%	19,6	104,3%	(23,9)	(55,9%)	
Outras contas a pagar	12,8	0,0%	14,1	0,0%	35,3	0,1%	(1,4)	(9,8%)	(21,1)	(59,9%)	
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>13.193,1</b>	<b>46,3%</b>	<b>15.425,9</b>	<b>52,5%</b>	<b>15.557,3</b>	<b>55,1%</b>	<b>(2.232,8)</b>	<b>(14,5%)</b>	<b>(131,4)</b>	<b>(0,8%)</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>											
Capital social	6.241,8	21,9%	6.241,8	21,2%	6.241,8	22,1%	-	0,0%	-	0,0%	
Reservas de capital	-	242,3	-0,8%	269,4	-0,9%	281,2	(1,0%)	27,1	(10,0%)	11,9	(4,2%)
Ações em tesouraria	396,0	1,4%	199,4	0,7%	75,3	0,3%	196,6	98,6%	124,1	164,8%	
Reservas de lucros	2.927,8	10,3%	1.657,1	5,6%	706,1	2,5%	1.270,6	76,7%	951,0	134,7%	
Ajustes de avaliação patrimonial	2.298,3	8,1%	2.314,6	7,9%	2.450,1	8,7%	(16,2)	(0,7%)	(135,5)	(5,5%)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>11.621,6</b>	<b>40,7%</b>	<b>10.143,5</b>	<b>34,5%</b>	<b>9.192,1</b>	<b>32,5%</b>	<b>1.478,1</b>	<b>14,6%</b>	<b>951,4</b>	<b>10,4%</b>	
<b>Total do passivo</b>	<b>28.523,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.399,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.260,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>(876,3)</b>	<b>(3,0%)</b>	<b>1.139,3</b>	<b>4,0%</b>	

## Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Em 31 de dezembro 2017 e 2016

### Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 6.796,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um saldo de R\$ 8.029,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 15,4% ou R\$ 1.232,5 milhões. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2017, representava 23,8% do total do ativo, em comparação a 27,3% em 31 de dezembro de 2016.

A variação ocorreu principalmente em virtude das reduções de R\$ 537,9 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 449,1 milhões de aplicações financeiras, R\$ 443,8 milhões de adiantamento a fornecedores e R\$ 290,1 milhões em ganhos com operações de derivativos, compensado parcialmente pelo aumento de R\$ 681,6 no saldo de contas a receber de clientes.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante era de R\$ 21.726,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 e de R\$ 21.369,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 1,7% ou R\$ 356,3 milhões.

A variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de R\$ 476,4 milhões em ativos biológicos, sendo R\$ 192,5 milhões de ganho na atualização do valor justo, e redução de R\$ 65,8 milhões em impostos a recuperar.

### Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 3.708,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um saldo de R\$ 3.829,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 3,2% ou R\$ 121,6 milhões. A participação do passivo circulante em relação ao passivo total em 31 de dezembro de 2017, se manteve em 13,0% em comparação a 31 de dezembro de 2016.

A variação ocorreu principalmente em virtude das reduções de R\$ 422,2 milhões em adiantamento de clientes e R\$ 226,6 de perda em operações com derivativos, parcialmente compensados pelo aumento de R\$ 520,3 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos.

#### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante era de R\$ 13.193,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um saldo de R\$ 15.425,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma redução de 14,5% ou R\$ 2.232,8 milhões. A participação do passivo não circulante em relação ao passivo total passou para 46,3% em 31 de dezembro de 2017, em comparação a 52,5% em 31 de dezembro de 2016.

Esta redução fundamenta-se no decréscimo de 18,9% ou R\$ 2.341,3 milhões em empréstimos e financiamentos e 52,9% ou R\$ 117,0 milhões em perdas não realizadas em operações com derivativos, em contrapartida do aumento de 14,8% ou R\$ 230,9 milhões no saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 11.621,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um saldo de R\$ 10.143,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14,6% ou R\$ 1.478,1 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 40,7% do total do passivo em 31 de dezembro de 2017, em comparação a um percentual de 34,5% em 31 de dezembro de 2016.

A variação ocorreu principalmente em virtude da destinação do resultado do exercício de R\$ 1.807,4 milhões e a constituição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 380,1 milhões, dos quais R\$ 199,8 milhões já foram pagos como dividendos intermediários na forma de juros sobre capital próprio ("JCP"), aprovados pela Administração em 24 de novembro de 2017.

### **Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Consolidados – Em 31 de dezembro 2016 e 2015**

#### Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 8.029,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um saldo de R\$ 6.589,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 21,9% ou R\$ 1.440,5 milhões. A participação do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2016, representava 27,3% do total do ativo, em comparação a 23,3% em 31 de dezembro de 2015.

A variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de R\$ 1.109,8 milhões no saldo de aplicações financeiras, R\$ 492,5 milhões no saldo de adiantamento a fornecedores e redução de R\$ 263,8 em contas a receber de clientes.

#### Ativo Não Circulante



O ativo não circulante era de R\$ 21.369,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 21.671,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 1,4% ou R\$ 301,2 milhões.

A variação ocorreu principalmente em virtude da redução de R\$ 83,5 milhões em impostos a recuperar, R\$ 111,0 milhões em imobilizado e R\$ 110,0 milhões em ativos intangíveis.

#### Passivo Circulante

O passivo circulante era de R\$ 3.829,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um saldo de R\$ 3.510,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 9,1% ou R\$ 319,3 milhões. A participação do passivo circulante em relação ao passivo total passou para 13,0% em 31 de dezembro de 2016, em comparação a 12,4% em 31 de dezembro de 2015.

A variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de R\$ 482,7 milhões no saldo de adiantamento de clientes e R\$ 370,9 milhões no saldo de dividendos a pagar, em contrapartida da redução de R\$ 430,2 milhões em empréstimos e financiamentos e R\$ 91,2 milhões no saldo de contas a pagar.

#### Passivo Não Circulante

O passivo não circulante era de R\$ 15.425,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um saldo de R\$ 15.557,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 0,8% ou R\$ 131,4 milhões. A participação do passivo não circulante em relação ao passivo total passou para 52,5% em 31 de dezembro de 2016, em comparação a 55,1% em 31 de dezembro de 2015. Esta redução fundamenta-se no decréscimo de 3,7% ou R\$ 474,3 milhões em empréstimos e financiamentos e 37,5% ou R\$ 132,8 milhões em perdas não realizadas em operações com derivativos, em contrapartida do aumento de 50,2% ou R\$ 521,2 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$ 10.143,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um saldo de R\$ 9.192,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 10,4% ou R\$ 951,4 milhões. A participação do patrimônio líquido passou para 34,5% do total do passivo em 31 de dezembro de 2016, em comparação a um percentual de 32,5% em 31 de dezembro de 2015.

A variação de R\$ 951,4 ocorreu principalmente em virtude da destinação do lucro do exercício de R\$ 1.692,0 milhão, realização do pagamento de dividendos aprovados pela Administração em 25 de abril de 2016 no montante de R\$ 300,0 milhões e constituição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 370,8 milhões.

#### **Análise Comparativa dos Fluxos de Caixa Consolidados**



## Análise Comparativa dos Fluxos de Caixa

Consolidado (Valores expressos em milhares de Reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2017	2016	2015
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.949.994	3.003.175	2.602.252
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.008.334)	(3.342.484)	(2.557.216)
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(2.494.224)	638.446	(2.529.288)
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	14.700	(161.686)	275.383
<b>Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(537.864)</b>	<b>137.451</b>	<b>(2.208.869)</b>

### Atividades Operacionais

As atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 2.950,0 milhões no exercício de 2017, R\$ 3.003,2 milhões no exercício de 2016 e R\$ 2.602,3 milhões no exercício de 2015.

### Atividades de Investimento

No exercício de 2017, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido no montante de R\$ 1.008,3 milhões, e no exercício de 2016 foi consumido o caixa líquido no montante de R\$ 3.342,5 milhões. O montante total investido em 2017 em aquisições de ativos imobilizados e ativos biológicos é composto por: (i) R\$ 415,0 milhões aplicados em projetos de expansão, principalmente projetos de modernização para aumento de competitividade estrutural e negócios adjacentes, produção de Tissue e Lignina; e (ii) R\$ 1.365,3 milhões na aquisição para expansão e manutenção dos ativos florestais e industriais, sendo compensados por resgates de aplicações financeiras de curto prazo, que incluem fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), no montante de R\$ 687,3 milhões e também pelo recebimento de alienação de ativos de R\$ 84,7 milhões.

No exercício de 2016, as aquisições de ativos imobilizados e ativos biológicos foram compostas por: (i) R\$ 335,8 milhões aplicados em projetos de expansão, principalmente projetos de modernização para aumento de competitividade estrutural e negócios adjacentes, como a produção de Tissue e Lignina e projeto de desgargamento da fábrica de Imperatriz (MA); (ii) R\$ 1.158,1 milhões na aquisição para expansão e manutenção dos ativos florestais e industriais; (iii) R\$ 830,4 milhões referente à aquisição de ativos florestais e imóveis rurais da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e da Cosima – Siderúrgica do Maranhão Ltda.; e (iv) R\$ 1.053,4 milhões em aplicações financeiras de curto prazo, que incluem fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), sendo compensado pelo recebimento de alienação de ativos de R\$ 35,2 milhões.

No exercício de 2015, as atividades de investimentos consumiram caixa líquido no montante de R\$ 2.557,2 milhões. O montante total investido em 2015 em aquisições de imobilizados e ativos biológicos é composto por: (i) R\$ 556,2 milhões aplicados em projetos de expansão, principalmente projetos de modernização para aumento de competitividade estrutural e negócios adjacentes, como a produção de Fluff, (ii) R\$ 1.108,7 milhões na aquisição para manutenção das áreas industriais e florestal e, (iii) R\$ 934,2 milhões em aplicações financeiras de curto prazo, que incluem fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), sendo compensado pelo recebimento de alienação de ativos de R\$ 41,9 milhões.

### Atividades de Financiamento

No exercício de 2017, foram aplicados R\$ 2.494,2 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2016 foi gerado o montante de R\$ 638,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a utilização de caixa contemplava: (i) pagamentos de empréstimos no montante de R\$ 4.533,7 milhões; (ii) programa de recompra de ações de R\$ 0,08 milhão; e (iii) pagamentos de dividendos no montante de R\$ 570,6 milhões. Em 2017, as fontes de financiamentos foram: (i) ações em tesouraria utilizadas para atendimento do plano de remuneração baseado em ações no montante de R\$ 8,5 milhões; (ii) liquidações de contrato operações de derivativos no montante de R\$ 39,7 milhões e (iii) novas captações de empréstimos no montante de R\$ 2.562,0 milhões, principalmente R\$ 2.315,6 milhões de *Senior Notes* (Bond) e R\$ 109,6 milhões em Fundo FIDC.

No exercício de 2016, foram gerados R\$ 638,5 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos, no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi aplicado o montante de R\$ 2.529,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, a utilização de caixa contemplava: (i) pagamentos de empréstimos no montante de R\$ 4.853,0 milhões e (ii) pagamentos de dividendos no montante de R\$ 300,0 milhões. Em 2016, as fontes de financiamentos foram: (i) ações em tesouraria utilizadas para atendimento do plano de remuneração baseado em ações no montante de R\$ 8,5 milhões; (ii) liquidações de contrato operações de derivativos no montante de R\$ 117,3 milhões; e (iii) novas captações de empréstimos no montante de R\$ 5.665,6 milhões, principalmente R\$ 1.629,6 milhões de *Senior Notes* (Bond), R\$ 2.500,0 milhões em Nota de Crédito à Exportação, R\$ 1.056,6 milhões e linha de financiamento “BNDES Finem” de R\$ 116,2 milhões.

No exercício de 2015, foram aplicados R\$ 2.529,3 milhões de caixa líquido nas atividades de financiamentos; no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi aplicado o montante de R\$ 173,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, a utilização de caixa contemplava: (i) pagamentos de empréstimos no montante de R\$ 6.124,0 milhões; (ii) pagamentos de dividendos no montante de R\$ 270,0 milhões; e liquidações de contratos de operações com derivativos no montante de R\$ 251,6 milhões. Em 2015, as fontes de financiamentos foram: (i) ações em tesouraria utilizadas para atendimento do plano de remuneração baseado em ações no montante de R\$ 8,5 milhões; (ii) novas captações de empréstimos no montante de R\$ 4.107,8 milhões, principalmente R\$ 2.209,5 de Empréstimo Sindicalizado, R\$ 875,0 Nota de Crédito à Exportação, linha de financiamento “BNDES Finem” de R\$ 413,1 milhões, Crédito rural R\$ 108,3 milhões e Cédula de crédito bancário de R\$ 123,0 milhões.

## 10.2. Resultado operacional e financeiro

### a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise (i) dos componentes importantes da receita, e (ii) dos principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, que em ambos os casos são: nível de vendas (volume e receita por produto), destino das vendas (*mix* entre mercado nacional e diferentes regiões de exportação), participação de mercado e preços. Demais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, são comentados no item “10.2.b”.

#### Vendas de Celulose

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 65,5%, 62,2% e 64,6% da sua receita operacional líquida total. O volume de exportações representou 89,7%, 88,3% e 86,1% do volume total vendido de celulose nesses mesmos períodos. O volume de vendas para

exportação foi de 3,2 milhões de toneladas, 3,1 milhões de toneladas e 2,8 milhões de toneladas nos exercícios encerrados em 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Vendas totais de celulose	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
<b>Vendas da Companhia (em mil toneladas)</b>			
Volume de vendas no mercado interno	374	413	456
Volume de vendas no mercado externo	3.241	3.117	2.835
<b>Volume total de vendas</b>	<b>3.615</b>	<b>3.530</b>	<b>3.291</b>
<b>Receita Operacional Líquida da Companhia (em R\$ milhões)</b>			
Vendas no mercado interno	620	706	822
Vendas no mercado externo	6.271	5.435	5.781
<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>6.892</b>	<b>6.142</b>	<b>6.603</b>

#### Destino das Vendas de Celulose

A Companhia busca comercializar sua produção com foco voltado em rentabilidade. Para isto, a alocação das vendas prioriza os mercados e clientes mais rentáveis, dentro da margem permitida pela política comercial.

Receita de Celulose por Região	2017	2016	2015
Europa	29%	32%	32%
Ásia	46%	41%	40%
Brasil	9%	12%	12%
América do Norte	14%	15%	13%
América do Sul / Central	1%	1%	2%

Ainda em linha com nossa política comercial, buscamos o equilíbrio nas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel. Destaque para o segmento de papéis para fins sanitários que em 2017 permaneceu com significativa participação em nosso *mix* de vendas, sendo o principal segmento atendido pela Suzano.

Vendas de celulose por segmento	2017	2016	2015
Fins Sanitários	62%	55%	58%
Imprimir & Escrever	15%	18%	15%
Especialidades	14%	18%	17%
Outros	9%	9%	10%

#### Preço de Celulose

O preço médio líquido de venda de celulose da Suzano no mercado internacional foi de US\$ 598/tonelada em 2017, comparado a US\$ 499/tonelada em 2016, e a US\$ 602/tonelada em 2015. O aumento de 19,9% no preço médio líquido de venda de celulose no mercado internacional em 2017 vs. 2016 foi explicado principalmente pelo aumento do preço lista da celulose. O preço líquido médio total de celulose (considerando mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 1.908/tonelada em 2017, 9,7% superior ao praticado em 2016, resultado do aumento do preço lista da celulose parcialmente compensado pela valorização da moeda nacional frente ao Dólar Norte-Americano no período (câmbio médio).

### Vendas de Papel

O mercado doméstico de papéis apresentou ligeira retomada em 2017, com crescimento de 1,9% na demanda agregada dos produtos que a Suzano produz e comercializa em comparação a 2016, segundo dados da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá).

Contudo, a Companhia aproveitou esse cenário do mercado doméstico para acelerar diversas iniciativas que certamente posicionam a Suzano de forma diferenciada neste contexto, como: crescimento das vendas diretas por meio do Programa “Suzano Mais”, ampliação da participação de mercado no segmento de papéis revestidos com a redução do volume de papel importado, avanços nos preços médios de papel praticados no ano. Nos anos de 2017, 2016 e 2015, o volume de vendas de papel da Companhia destinado ao mercado externo foi, respectivamente, 31,7%, 30,3% e 32,8% do volume total de papel.

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015, as vendas de papéis da Companhia representaram, respectivamente, 34,5%, 37,8% e 35,4% da sua receita operacional líquida total.

### Destino das Vendas de Papel

O volume vendido no mercado doméstico alcançou 806,2 mil toneladas em 2017, 833,6 mil toneladas em 2016 e 827,1 mil em 2015. Os volumes de exportação atingiram 374,2 mil toneladas em 2017, 362,0 mil toneladas em 2016 e 403,0 em 2015.

A composição de receita de vendas de papel por região está apresentada na tabela abaixo:

<b>Receita de Papel por Região</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Brasil	71%	70%	64%
América do Sul / Central	17%	15%	18%
América do Norte	7%	9%	10%
Europa	4%	4%	4%
Outros	2%	2%	4%

### Preço de Papel

O preço líquido médio de papel (mercado interno e mercado externo) em Reais foi de R\$ 3.074/tonelada em 2017, decréscimo de 1,7% em comparação a 2016 e acréscimo de 4,4% em relação a 2015. No mercado interno tivemos um preço líquido médio de papel de R\$ 3.184/tonelada, comparado a R\$ 3.140/tonelada em 2016 e R\$ 2.792/tonelada em 2015. O preço líquido médio no mercado externo atingiu US\$ 889/tonelada, estável em comparação a 2016. Em Reais, a redução de 8,5% em relação a 2016, é reflexo da apreciação do Real em relação ao Dólar Norte-Americano.

### Papel para Imprimir e Escrever

Nos exercícios sociais encerrados em 2017, 2016 e 2015, respectivamente, a Companhia vendeu 950,7 mil, 972,6 mil e 986,6 mil toneladas de papel para imprimir e escrever.

Em 2017, 2016 e 2015 de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), a Companhia detinha, respectivamente, participações (i) nas vendas dos Fabricantes Brasileiros para o mercado interno, de 43,1%, 43,9% e 41,9%, e (ii) nas exportações brasileiras, de 31,8%, 31,7% e 35,6%.

As tabelas a seguir contêm as vendas domésticas de papéis da Companhia e exportações desses produtos, bem como informações relativas às suas participações em tais mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Vendas Totais de Papel para Imprimir e Escrever (em mil toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
<b>Vendas da Companhia</b>			
Volume de vendas no mercado interno	646	678	651
Volume de vendas no mercado externo	305	294	336
<b>Volume total de vendas</b>	<b>951</b>	<b>972</b>	<b>987</b>
<b>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
Volume de vendas no mercado interno	1.498	1.543	1.552
Volume de vendas no mercado externo	960	927	945
<b>Volume total de vendas</b>	<b>2.458</b>	<b>2.470</b>	<b>2.497</b>
<b>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
% em relação às vendas no mercado interno	43,1%	43,9%	41,9%
% em relação às vendas no mercado externo	31,8%	31,7%	35,6%
<b>% em relação às vendas totais</b>	<b>38,7%</b>	<b>39,4%</b>	<b>39,5%</b>
<b>Mercado Brasileiro</b>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	1.498	1.543	1.552
Volume de importados	350	292	336
<b>Volume total do Mercado Brasileiro</b>	<b>1.848</b>	<b>1.835</b>	<b>1.888</b>

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

#### Papelcartão

Nos exercícios sociais findos em 2017, 2016 e 2015, respectivamente, a Companhia vendeu 185,7, 190,9 mil e 220,5 mil toneladas de papelcartão, das quais 116,5, 123,2 mil e 153,0 mil toneladas foram vendidas no mercado doméstico e 69,2, 67,7 mil e 67,4 mil toneladas foram exportadas.

Neste segmento, de acordo com a Associação Brasileira de Árvores (Ibá), a participação da Companhia nas vendas dos Fabricantes Brasileiros foi de 22,1%, 24,4% e 30,3% em 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Adicionalmente, suas exportações de papelcartão representaram 35,4%, 42,2% e 36,0% do volume total exportado pelo Brasil em 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

A tabela a seguir contém as vendas domésticas e exportações de papelcartão da Companhia, bem como informações sobre suas participações nestes mercados, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Vendas Totais de Papelcartão (em mil toneladas, exceto quando de outra forma expressamente indicado)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
<b>Vendas da Companhia</b>			
Volume de vendas no mercado interno	116	123	153
Volume de vendas no mercado externo	69	68	67
<b>Volume total de vendas</b>	<b>186</b>	<b>191</b>	<b>220</b>
<b>Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
Volume de vendas no mercado interno	526	505	505
Volume de vendas no mercado externo	195	161	186
<b>Volume total de vendas</b>	<b>721</b>	<b>666</b>	<b>691</b>
<b>Participação da Companhia nas Vendas dos Fabricantes Brasileiros</b>			
% em relação às vendas no mercado interno	22,1%	24,4%	30,3%
% em relação às vendas no mercado externo	35,4%	42,2%	36,0%
<b>% em relação às vendas totais</b>	<b>25,8%</b>	<b>28,7%</b>	<b>31,8%</b>
<b>Mercado Brasileiro</b>			
Volume de vendas de Fabricantes Brasileiros	526	505	505
Volume de importados	45	35	48
<b>Volume total do Mercado Brasileiro</b>	<b>571</b>	<b>540</b>	<b>553</b>

Fonte: Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Companhia.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Suzano correspondentes à análise dos principais fatores exógenos, sobre os quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, que afetam os resultados da Companhia.

Volatilidade dos preços internacionais

No ano findo em 31 de dezembro de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2015, as vendas de celulose da Companhia representaram, respectivamente, 65,5%, 62,2% e 64,6% da sua receita operacional líquida total. Os preços deste produto são determinados pelo balanço de oferta e demanda no mercado internacional, portanto fora do controle da Companhia. As flutuações de preços internacionais deste produto geraram impactos sobre a receita, o EBITDA e as margens operacionais da Companhia.

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável que os preços de celulose. A receita de vendas de papel da Suzano destinadas para o Brasil e demais países da América do Sul e Central apresentaram participação na receita total de papel da Companhia de 87,9%, 85,2% e 81,7% respectivamente, no ano findo em 31 de dezembro de 2017 e nos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2015.

A Companhia acredita que as oscilações cíclicas dos preços de papel e celulose tendem a ser mais atenuadas em relação ao histórico devido, principalmente: (i) aos movimentos para consolidação do setor; (ii) ao fluxo de informações on-line, com a disseminação mais rápida de notícias que afetam os preços; e (iii) aos produtores mais eficientes que substituem os



produtores ineficientes com maior custo marginal. No entanto, a Companhia acredita que certa volatilidade dos preços ainda persiste, devido a vários fatores, inclusive: (a) fragmentação do setor relativamente alta; (b) similaridades entre os produtos; (c) flutuações no câmbio entre as moedas de países importadores e exportadores de papel e celulose, como, por exemplo, Euro, Dólar, Yuan e Real; e (d) condições econômicas mundiais e nas diferentes regiões.

Cabe ressaltar que, devido à representatividade dos produtores brasileiros para a oferta de celulose, por um lado, e à importância dos preços de commodities para o resultado do balanço de pagamentos do Brasil, por outro, o preço em Dólares da celulose tem apresentado nos últimos anos correlação negativa com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar, o que vem garantindo maior estabilidade para os preços em Reais da celulose e, portanto, menor volatilidade para o fluxo de caixa da Companhia.

#### Variação cambial entre o Real e o Dólar, taxa de juros, inflação e crescimento econômico

Os resultados das operações e a condição financeira da Companhia, tais como relatados em suas demonstrações contábeis, são significativamente afetados pela variação do Real frente ao Dólar e, em menor grau, pela taxa de inflação brasileira, taxa de juros e pela taxa de crescimento da economia brasileira.

#### Volatilidade do Real frente ao Dólar

A variação da cotação do Real frente ao Dólar teve (e continuará a ter) diversos efeitos na condição financeira consolidada da Companhia e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Companhia, é direta e imediatamente afetada pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. Como no ano findo em 31 de dezembro de 2017 e nos exercícios sociais de 2016 e 2015, a receita líquida oriunda de exportações denominadas em Dólares representou, respectivamente, 69,7%, 66,4% e 69,4% das receitas líquidas de vendas da Companhia. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto que a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação mais baixas. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

Os custos e despesas operacionais da Companhia, tais como despesas de seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas, quando expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda dos mesmos.

As contas patrimoniais consolidadas da Companhia indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes externos, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio no final de cada exercício.

A parcela dos empréstimos e financiamentos consolidados de curto e longo prazo da Companhia denominados em moeda estrangeira totalizava R\$ 8.617 milhões ou, aproximadamente, 70,7% do endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Essa parcela é quase que na sua totalidade atrelada ao Dólar e, portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Companhia em cada final de exercício.



### Inflação

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela inflação. Seus custos e despesas, à exceção de algumas, são denominados em Dólares (tais como as relativas às vendas com exportação e compras de produtos químicos utilizados como matéria-prima) e, na sua maioria, incorridos em Reais tendendo a refletir os efeitos da inflação.

### Taxas de Juros

A exposição a variações nas taxas de juros é primordialmente devida a:

- Variações da taxa LIBOR, no que concerne a financiamentos denominados em Dólares; e
- Variações na TJLP ou CDI, no que concerne a aplicações e financiamentos denominados em Reais.

A taxa de juros das aplicações financeiras da Companhia denominadas em Reais é baseada na taxa CDI. Os investimentos financeiros denominados em Dólares da Companhia estão sujeitos aos movimentos das taxas referenciadas aos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

### Taxa de Crescimento da Economia

Os resultados da Companhia tendem a ser diretamente impactados pelo nível de crescimento econômico internacional e doméstico. O crescimento econômico, expresso em termos da variação do Produto Interno Bruto (PIB), influencia, principalmente, o nível de demanda pelos produtos da Companhia e seu crescimento em relação aos períodos anteriores. Além disso, o aquecimento ou redução da demanda de mercado tendem a se refletir nos níveis de preços praticados pelo setor.

### Capacidade e Volumes de Produção

Os resultados da Companhia também são afetados pela sua capacidade e volume de produção. Em 2017 produzimos 4,698 milhões de toneladas, sendo 3,541 milhões de toneladas de celulose e 1,157 milhão de toneladas de papel.

### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Conforme já apresentado no item “10.2.b”, fatores externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variação cambial, taxa de juros, inflação e crescimento econômico, podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia.

Dessa forma, a Companhia adota política de gestão de riscos para mitigação das volatilidades de mercado, que buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não, aos quais os valores dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Companhia.

Por exemplo, geralmente no caso de uma depreciação do Real, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em swaps de moedas para hedge da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Assim, a captação de financiamentos e a prática de hedge cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Essa exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente de divisas em um horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além das operações de hedge cambial, são celebrados contratos para o swap de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros.

### **10.3. Eventos com efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados**

#### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional.**

A Suzano iniciou a operação da nova Unidade de Negócios de Bens de Consumo em setembro de 2017 com o início da produção e vendas de bobinas de papéis para fins sanitários (*tissue*) na fábrica de Mucuri (BA). Logo após esse evento, a unidade Imperatriz (MA) teve o início das operações de bobinas de papel *tissue* em novembro de 2017.

A Administração definiu como segmentos operacionais:

- (i) Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado interno; e
- (ii) Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado interno e mercado externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.

#### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Em 25 de outubro de 2016, a Companhia celebrou com a Queiroz Galvão Energia S.A. contrato de compra e venda da totalidade ações da Mucuri Energética S.A., que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão. Essa operação foi concluída em 19 de fevereiro de 2018 depois de terem sido implementadas as respectivas condições precedentes e terem sido obtidas as aprovações necessárias das autoridades governamentais competentes.

Em 03 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou com membros da família Farah um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças para a aquisição, direta e indireta, de, aproximadamente, 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da FACEPA Fábrica de Papel da Amazônia S.A., pelo preço total de R\$ 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais), sujeito a ajustes. A operação de aquisição em questão foi concluída em 01 de março de 2018, após terem sido implementadas as condições precedentes e obtidas as aprovações das autoridades governamentais competentes. Com essa aquisição, a Companhia torna-se uma das maiores fabricantes de papéis sanitários do Brasil, com posição de destaque nas regiões Norte e Nordeste. Além das unidades da Facepa, em Belém (PA) e Fortaleza (CE), adquiridas com a conclusão da operação conforme acima, a Companhia já opera fábricas próprias em Mucuri (BA) e em Imperatriz (MA).

Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia divulgou ao mercado que assinou um Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva com a Duratex S.A., por meio do qual: (i) adquiriu cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m<sup>3</sup> (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas na região central do estado de São Paulo, pelo preço de R\$ 308,1 milhões; e (ii) adquiriu uma opção de compra de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais nessa mesma região e 5.600.000 m<sup>3</sup> (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, pelo preço de R\$ 749,4 milhões, opção esta que pode ser exercida a exclusivo critério da Companhia até 02 de julho de 2018. Aliada à sólida base florestal da Companhia na região central do estado de São Paulo, onde a Companhia já conta com cerca de 61.000 (sessenta e um mil) hectares, esta operação gera otimização de sua base, com redução do raio médio para a unidade industrial de Limeira, além de gerar à Companhia a opcionalidade de um potencial projeto de expansão de produção de celulose no Estado de São Paulo.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado por Suzano Holding S.A., em conjunto com os demais acionistas controladores da Companhia (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Companhia”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (“Fibria” e, em conjunto com a Suzano, as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), com interveniência e anuência da Suzano, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Companhia e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Companhia e da Fibria, mediante a realização de uma reorganização societária (“Operação”).

A Operação resultará, dentre outros aspectos divulgados aos acionistas da Companhia e ao mercado em geral, na titularidade, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Fibria. Busca-se, com a Operação, a criação de uma empresa sólida, detentora de ativos de primeira linha, estrategicamente localizados, capaz de suprir clientes em todos os continentes com seus produtos de forma eficiente.

A integração das atividades da Companhia e da Fibria permitirá a captura de ganhos de sinergias derivados da redução de custos e riscos operacionais florestais, logísticos e administrativos, com significativos ganhos de eficiência para as companhias.

**c) Eventos ou operações não usuais.**

Em 10 de novembro de 2017, foi concluído o processo de migração da Companhia do segmento de listagem Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para o segmento de listagem do Novo Mercado com a operacionalização da conversão de cada ação preferencial classe A ou B de emissão da Companhia em uma ação ordinária e início dos negócios das ações de emissão da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado.

#### **10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

Apresentamos a seguir os comentários da nossa diretoria referente a análise das mudanças significativas nas práticas contábeis e os seus impactos nas demonstrações financeiras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia não efetuou nenhuma mudança espontânea de prática contábil na preparação das suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretamente, indiretamente e as operações e negócios em conjunto, cujas demonstrações financeiras coincidem com a data-base da Companhia.

##### **Alteração de prática contábil relativa ao exercício de 2017**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas em relação ao exercício findo em 2016 e 2015. Ao longo desses exercícios, foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, que ainda não foram adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras, considerando que as mesmas ainda não entraram em vigor.

A Administração avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

- (i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto mapeado esperado na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), na rubrica de clientes será imaterial em relação à rubrica do Contas a Receber. Para os demais instrumentos financeiros não identificamos impacto em relação a atual estrutura de instrumentos financeiros da Companhia.

- (ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios

ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia não possui obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo. Esse procedimento é aplicável na Companhia para o mercado interno e para o mercado externo.

- (iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos (Nota explicativa 20.3 i)), porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

#### **Alteração de prática contábil relativa ao exercício de 2016**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas em relação ao exercício findo em 2015 e 2014. Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação das demonstrações financeiras, visto que o CPC ainda não emitiu os pronunciamentos equivalentes.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

- (i) IFRS 9 Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
- (ii) IFRS 15 Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da



contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

- (iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos.

#### **Alteração de prática contábil relativa ao exercício de 2015**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas em relação ao exercício findo em 2014 e 2013. A partir de 1º de janeiro de 2016, uma série de novas normas e interpretações serão efetivas, mas a Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

- (i) Agricultura: Plantas produtivas (alterações dos CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41) - Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 /IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41. A Companhia avaliou as alterações introduzidas e concluiu que seus ativos biológicos não se enquadram no conceito de plantas produtivas e que, portanto, estas alterações não produzirão impacto em suas demonstrações financeiras.
- (ii) IFRS 9 Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos que esta norma vai ter em suas demonstrações financeiras.
- (iii) IFRS 15 Receita de contratos com clientes - Exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos que esta norma vai ter em suas demonstrações financeiras.

#### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.**

A diretoria entende que não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, visto que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 apresentadas para fins de comparação, foram apresentadas seguindo as mesmas práticas contábeis e, portanto, são comparáveis.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Os diretores informam que os relatórios dos auditores independentes emitidos para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 não contêm ressalvas e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Em linha com a recomendação constante do Ofício Circular CVM/SEP/Nº02/2018, os diretores da Companhia consideram uma política contábil crítica quando esta exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e defina premissas que possam afetar a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

Os diretores da Companhia destacam a seguir as seguintes políticas críticas que possuem informações sobre julgamentos e premissas e que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material:

**Instrumentos financeiros e riscos**

A Companhia utiliza operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise do fluxo de caixa e outras que contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração. A Companhia também utiliza seu julgamento para definir os cenários apresentados na análise de sensibilidade.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.



O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “*day one profit or loss*”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

### **Combinação de negócios**

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio apurado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Transações de aquisição de participação com controle compartilhado sobre acervos líquidos negociados aplica-se orientações, complementares ao CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, do CPC 19 - Negócios em Conjunto e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlados em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à joint venture, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, um ativo intangível e tampouco passível de amortização contábil. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes passíveis de amortização.

### **Ativos biológicos**

Os ativos biológicos da Companhia são compostos substancialmente de florestas de eucalipto de reflorestamento utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins (a Companhia também possui florestas no Piauí e no Espírito Santo, porém essas áreas não elegíveis ao cálculo de *fair value*). Áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas de eucalipto é determinado semestralmente através do método da renda (“Income Approach”) utilizando o modelo Fluxo de Caixa Descontado.

As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram:

- (i) Ciclo médio de formação florestal de 7 anos;
- (ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
- (iii) O Incremento Médio Anual – IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m<sup>3</sup> por hectares, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;

- (iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- (v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes, e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível;
- (vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

### **Passivos atuariais**

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes à assistência médica a ex-colaboradores. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos médicos e hospitalares, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

As hipóteses atuariais econômicas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida, contemplaram a taxa de desconto de 5,39% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica de 3,25% a.a. e inflação econômica de 4,40% a.a., baseadas na tábua biométrica de mortalidade geral AT-2000 e de mortalidade de inválidos IAPB 57.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas.

### **Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações**

Os executivos e membros-chave da administração da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e com liquidação em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são inicialmente reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada "Reserva de opção de compra de ações". No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

### **Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e

corretiva. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes. Todos estes materiais envolvendo alto grau de julgamento e incertezas.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração realiza uma reavaliação e ajusta sua vida útil de acordo com a nova perspectiva.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o IRPJ e a CSLL corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses); (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo resultado fiscal negativo, ou seja, quando a base de cálculo com os ajustes fiscais gerar prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social (não há tributos a pagar). No mesmo racional, quando houver base tributável, o ativo diferido poderá ser utilizado para abater parte do imposto de renda e contribuição social a pagar (compensa-se 30% do lucro com ativo diferido).

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas em planejamento de longo prazo, que é revisado anualmente pela Administração e submetido para a aprovação do Conselho de Administração. Esse plano é elaborado utilizando variáveis macroeconômicas, como câmbio e taxa de juros; variáveis do segmento de mercado, como curvas de oferta/demanda esperadas e preços de venda projetados; variáveis operacionais, como custos de produção e volumes de produção esperados. O conjunto destas variáveis denota o grau de julgamento da Companhia sobre a previsão destas premissas e incertezas quanto a sua realização.

A Administração entende, com base nas projeções de resultado e resultados auferidos que a realização dos créditos diferidos ativos é provável.

### **Provisão para contingências**

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes são reconhecidos observando os seguintes critérios:

- (i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados;

- (ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e
- (iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração e com base em pareceres de seus assessores jurídicos externos, onde são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

#### **Arrendamento mercantil**

A Companhia no decorrer do curso normal de suas operações pode vir a celebrar contratos comerciais junto a determinados fornecedores para suportar parte do seu processo produtivo. Neste ponto haverá exercício de julgamento sobre os aspectos gerais do contrato e operação para determinação se um contrato contém um arrendamento e a sua classificação.

#### **10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a) **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Os diretores informam que a Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável, pois a diretoria informa que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.**

Conforme comentado no item 10.6, a diretoria entende que tais itens não alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

- b) **Natureza e propósito da operação.**

A diretoria entende que este item não é aplicável à Companhia, conforme comentado no item 10.6.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

A diretoria entende que este item não é aplicável à Companhia, conforme comentado no item 10.6.

### **10.8. Plano de Negócios**

**a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

A Diretoria reafirma o foco de atuação da Companhia, aliado à inovação, sustentabilidade e excelência operacional de forma a consolidar sua posição como uma das organizações empresariais de base florestal de maior rentabilidade e competência no setor.

A Suzano busca evolução contínua, por meio da adoção de um conjunto de medidas e inovações que levam a Companhia a apresentar resultados econômicos e financeiros consistentes. A geração de caixa no último ano permitiu avanços significativos na execução da nossa estratégia, baseada nos pilares de competitividade estrutural, negócios adjacentes e redesenho da indústria, a fim de criar valor de forma sustentável.

No pilar de competitividade estrutural, concluímos o projeto industrial de desgargamento da unidade Imperatriz, e realizamos aquisição de cerca de 9,5 mil hectares de ativos florestais da Duratex S.A. no estado de São Paulo com opção de compra de cerca de 20 mil hectares adicionais (detalhada no item 10.8.b abaixo). O objetivo desses investimentos é reduzir do custo caixa de produção, neutralizando os impactos da inflação, por meio de menor consumo de insumos, diluição dos custos fixos, e redução do custo da madeira com a otimização de raio médio das florestas que abastecem as fábricas.

No último ano demos importantes passos na estratégia de negócios adjacentes, que busca novas utilizações da nossa base de ativos, diversificando nossos produtos com negócios de maior rentabilidade e com escalabilidade. Demos importantes passos no segmento de *tissue*, com a aquisição da FACEPA - Fábrica de Papel da Amazônia S.A., concluída em março de 2018. Este processo de aquisição teve por objetivo fazer da Suzano um dos maiores fabricantes de papéis sanitários do Brasil, com posição de destaque nas regiões Norte e Nordeste. Ainda no segmento de *tissue*, iniciamos as operações nas fábricas próprias em Mucuri (BA) e em Imperatriz (MA). Também avançamos nos volumes de vendas da Eucalfluff®, para abastecimento do mercado de fraldas e absorventes e no projeto de lignina, com início de produção estimado para 2018. Esses novos negócios são avenidas de diversificação, e a expectativa é de que aumentem sua representatividade no resultado consolidado ano após ano, com maior criação de valor e de maneira sustentável, a fim de reduzir a volatilidade de resultados da Companhia, uma vez que são menos expostos a fatores exógenos (câmbio e preço da celulose).

No terceiro pilar, consolidamos nossa robustez financeira que nos prepara para um movimento transformacional. Demos continuidade à redução do endividamento líquido, com operações de *liability management*, que contribuíram para reduzir nosso custo de capital e alongar o prazo da dívida. Também recebemos o grau de investimento pela Fitch Ratings e pela Standard and Poor's.

Os investimentos totalizaram R\$ 1,8 bilhão em 2017, sendo R\$ 1,1 bilhão com manutenção florestal e industrial. Os investimentos nos projetos de Competitividade Estrutural e Negócios Adjacentes foram de R\$ 490 milhões, referentes principalmente ao projeto de desgargalamento da Unidade Imperatriz (MA) e aos projetos de *tissue* (MA e BA). Os demais investimentos totalizaram R\$ 166 milhões, sendo os principais projetos: a instalação de uma nova linha de *cut size*, de um novo cristalizador e de uma nova Estação de Tratamento de Efluentes em Mucuri (BA).

A Companhia informou estimativas de investimento para 2018, sendo o investimento total de R\$ 2,4 bilhões: (i) R\$ 1,2 bilhão em manutenção florestal e industrial, (ii) R\$ 0,6 bilhão em projetos de Competitividade Estrutural, Negócios Adjacentes e outros investimentos, (iii) 0,3 bilhão para pagamento da aquisição da Facepa e (iv) 0,3 bilhão para pagamento da aquisição dos ativos florestais da Duratex S.A. Cabe ressaltar que tais estimativas tratam de dados hipotéticos e não constituem uma promessa de investimento pela Companhia. As projeções divulgadas pela Companhia levam em consideração, particularmente, o cronograma de manutenção florestal e industrial das atuais unidades, o fluxo de desembolso dos investimentos em projetos de modernização e desgargalamento para ganhos de competitividade estrutural e nos projetos adjacentes.

Tal cronograma pode eventualmente ser alterado pela Companhia de acordo com seu planejamento estratégico. O cronograma bem como sua efetiva implementação estão sujeitos a fatores alheios ao controle da Companhia, tais como o cumprimento de prazos por terceiros, a disponibilidade de financiamentos, alterações na regulamentação aplicável, cenário econômico que podem impactá-los adversamente, torná-los negocialmente desinteressantes para a Companhia ou até mesmo inviabilizá-los.

As premissas levadas em consideração pela Companhia estão sujeitas a riscos e incertezas que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado.

Para mais informações sobre os riscos a que a Companhia está sujeita, ver itens 4 e 5 do Formulário de Referência.

A Diretoria reafirma a sua estratégia de rentabilidade de longo prazo e se mantém comprometida na execução para se tornar uma empresa ainda mais inovadora, com excelência operacional e sustentabilidade em suas operações.

**b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia divulgou ao mercado que assinou um Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva com a Duratex S.A., por meio do qual: (i) adquiriu cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m<sup>3</sup> (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas na região central do estado de São Paulo, pelo preço de R\$ 308,1 milhões, conforme referido no item 10.8(a) acima; e (ii) adquiriu uma opção de compra de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais nessa mesma região e 5.600.000 m<sup>3</sup> (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, pelo preço de R\$ 749,4 milhões, opção esta que pode ser exercida a exclusivo critério da Companhia até 02 de julho de 2018.

**c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços).**



Em 2017, a Suzano iniciou a operação da Unidade de Bens de Consumo com o início das atividades do segmento de *tissue* (papéis para fins sanitários, principalmente), com produção de bobinas e produto acabado nas unidades de Imperatriz (MA) e Mucuri (BA), com capacidade instalada de produção de 120 mil toneladas anuais de bobinas *tissue*, sendo que a capacidade máxima de conversão para produto acabado coberta pelo projeto é de 60 mil toneladas anuais. Cada unidade fabril tem a mesma capacidade instalada de produção, sendo o investimento total estimado em R\$ 540 milhões. Esta iniciativa permite à Suzano encontrar uma solução estrutural tributária (monetização de créditos de ICMS), evidenciando nossa competitividade operacional, decorrente da máquina de papel ser integrada com a unidade de celulose e de estarmos presentes em mais de 80% do custo caixa, e logística.

Em complemento ao objetivo da Suzano de expansão de suas atividades para os mercados de produtos adjacentes à celulose, em dezembro de 2017, a Companhia celebrou contrato para aquisição da FACEPA - Fábrica de Papel da Amazônia S.A., concluída em março de 2018. A FACEPA possui unidades em Belém (PA) e Fortaleza (CE) e o investimento total da aquisição é de R\$ 310 milhões, sujeito a ajustes. Com a aquisição, a Suzano torna-se uma das maiores fabricantes de papéis sanitários do Brasil, com posição de destaque nas regiões Norte e Nordeste.

Essa amplitude de novos negócios que inovam e quebram paradigmas contribui para o nosso crescimento com investimentos em projetos de alta rentabilidade e escalabilidade, e ajuda a construir avenidas de diversificação, criando valor sustentável.

Adicionalmente, em 2018, está previsto o início de produção da lignina, na Unidade Limeira (SP). Com capacidade de 20 mil toneladas por ano, passaremos a atuar no segmento de lignina kraft e em uma nova fronteira tecnológica da indústria. A lignina pode ser utilizada como matéria-prima de fonte renovável para substituição de químicos derivados do petróleo em diversas aplicações de valor agregado superior a seu uso atual.

A Suzano será a primeira produtora de lignina kraft e derivados da América Latina e o primeiro do mundo a produzir a lignina a partir de eucalipto, o que abrirá oportunidades únicas para exploração do potencial identificado. O investimento nesse projeto é estimado em cerca de R\$ 90 milhões.

#### **10.9. Outros fatores relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores relevantes e pertinentes a este tópico que não foram divulgados nos itens acima.

---

---

**IV - Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II - Instrução CVM nº 481)**

---

---

**ANEXO 9-1-II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A., A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481/09.**

**1. Informar o lucro líquido do exercício.**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 1.807.433.247,41 (um bilhão, oitocentos e sete milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Montante global de R\$ 380.114.504,56 (trezentos e oitenta milhões, cento e catorze mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), correspondendo ao valor por ação de R\$ 0,34752241 por ação ordinária.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

Em atendimento à legislação e ao Estatuto Social da Companhia os dividendos a serem distribuídos representam 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não houve distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") em 2017 com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) Valor bruto de dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe, deduzido o JCP aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 e cujo pagamento ocorreu de forma antecipada em 11 de dezembro de 2017:**

Espécie e classe de ação	Quantidade de ações	Dividendos Propostos	
		Valor por ação	Total
Dividendos <sup>1</sup>	1.093.784.141	R\$ 0,19222841	R\$ 210.256.385,43

<sup>(1)</sup> Em 19 de fevereiro de 2018, a Companhia comunicou ao mercado a retificação do montante do saldo a pagar a dividendos mínimos obrigatórios relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 180.279.782,08 (cento e oitenta milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e dois reais, oito centavos) para R\$ 210.256.385,43 (duzentos e dez milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais, quarenta e três centavos).

**b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos:**

Os dividendos no valor de R\$ 210.256.385,43 (duzentos e dez milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,19222 por ação ordinária da Companhia, serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios, com pagamento previsto para o dia 09 de maio de 2018, sujeito à aprovação da distribuição desses dividendos pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia prevista para ser realizada em 26 de abril de 2018.

**c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos propostos.

**d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Os dividendos em questão têm seu pagamento previsto para o dia 09 de maio de 2018, com base na posição acionária da data da referida Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Data de Corte"), passando as ações a serem negociadas "ex-direitos" a partir do dia útil imediatamente posterior à realização de tal Assembleia (27/04/2018).

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**

Em 24 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição sob a forma de JCP de R\$ 199.834.722,48 (cento e noventa e nove milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), deduzidos de imposto de renda no montante de R\$ 29.974.962,20 (vinte e nove milhões, novecentos e setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

**b) Informar as datas dos respectivos pagamentos.**

O pagamento do JCP referido no item (a) acima, ocorreu de forma antecipada em 11 de dezembro de 2017.

**7. Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

Lucro (prejuízo) por ação (em R\$ mil)	2017	2016	2015	2014
ON <sup>1</sup>	1,64562	1,55223	(0,85032)	(0,24071)

<sup>(1)</sup> Em 10 de novembro de 2017, foi efetivada a migração da Companhia para o segmento do Novo Mercado da B3. Com isso, a totalidade das ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada ordinária, sem mudança no capital social, com mera conversão das ações preferenciais, para fins do cálculo e apresentação do lucro por ação, essa conversão foi feita retrospectivamente.

**b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Data do Pagamento	Dividendos/JCP	ON (por ação)	PNA (por ação)	PNB (por ação)
<b>Exercício de 2014</b>				
11/05/2015	Dividendos	R\$ 0,12922	R\$ 0,14214	R\$ 0,34409
<b>Exercício de 2015</b>				
24/11/2015	Dividendos	R\$ 0,10337	R\$ 0,11370	R\$ 0,34408
04/05/2016	Dividendos	R\$ 0,25800	R\$ 0,28380	R\$ 0,34352
<b>Exercício de 2016</b>				
10/05/2017	Dividendos	R\$ 0,31837	R\$ 0,35021	R\$ 0,35021
<b>Exercício de 2017</b>				
11/12/2017	JCP	R\$ 0,18300	-	-
10/05/2018	Dividendos	R\$ 0,19255	-	-

## **8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

### **a) Identificar o montante destinado à reserva legal.**

O montante de R\$ 90.371.662,37 (noventa milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), consoante o art. 193, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações, foi destinado à constituição da Reserva Legal.

### **b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Do lucro líquido do exercício, 5% foram aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 26, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia. Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 193 da Lei nº 6.404), exceder 30% do capital social.

## **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

### **a) Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável.

### **b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável.

### **c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não aplicável.

### **d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

### **e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

## **10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

### **a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O artigo 26, alínea (c) do Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento de dividendo que represente, em cada exercício, o equivalente ao menor valor entre: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/1976; ou (ii) 10% (dez por cento) da Geração de Caixa Operacional da Companhia no respectivo Exercício Social, conforme previsto no artigo 26, § 3º do Estatuto Social da Companhia.

### **b) Informar se ele está sendo pago integralmente.**

Sim.

### **c) Informar o montante eventualmente retido.**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a) informar o montante da retenção; b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos e c) justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) identificar o montante destinado à reserva; b) identificar a perda considerada provável e sua causa; c) explicar porque a perda foi considerada provável e d) justificar a constituição da reserva.**

Não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar e b) informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**

**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:**

Nos termos do artigo 26, alínea (d), do Estatuto Social da Companhia, após o cálculo do dividendo mínimo obrigatório, o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Referida Reserva não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

**b) Identificar o montante destinado à reserva.**

Nos termos da alínea (d) do art. 26 do Estatuto Social, o montante de R\$ 1.035.260.285,89 (Um bilhão, trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), foi destinado à constituição da Reserva para Aumento de Capital e o montante de R\$ 115.028.920,65 (cento e quinze milhões, vinte e oito mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) foi destinado à constituição da Reserva Estatutária Especial.

**c) Descrever como o montante foi calculado.**

Destinação dos Resultados 2017			
	Lucro líquido do exercício de 2017		1.807.433.247,41
( - )	Reserva Legal (sobre o lucro líquido)	5%	(90.371.662,37)
( - )	Reserva de incentivos fiscais		(196.603.566,79)
=	Lucro Líquido Ajustado		1.520.458.018,25
( - )	Dividendos mínimos obrigatórios	25%	(380.114.504,56)
( - )	Imposto de Renda sobre JCP		(29.974.962,20)
+	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		56.998.483,57
+	Dividendos prescritos		29.332,56
( - )	Cancelamento de ações em tesouraria		(17.107.161,07)
=	Lucro Disponível para Composição das Reservas Estatutárias		1.150.289,206,55

( - )	Reserva para Aumento de Capital	90%	(1.035.260.285,89)
( - )	Reserva Estatutária Especial	10%	(115.028.920,65)

#### 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

##### a) identificar o montante da retenção

R\$ 1.035.260.285,89 (Um bilhão, trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) destinados à constituição da Reserva para Aumento de Capital, e R\$ 115.028.920,65 (cento e quinze milhões, vinte e oito mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos) destinados à constituição da Reserva Estatutária Especial.

##### b) fornecer cópia do orçamento de capital

#### Proposta do Orçamento de Capital para 2018

Em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 26º, alínea (d) do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta a proposta do Orçamento de Capital para aprovação na Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 de abril de 2018.

O plano de investimento para o exercício social de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração em 2017, totaliza o montante de R\$ 2.4 bilhões, conforme demonstrado abaixo:

CAPEX (R\$ Bilhão)	2018
Manutenção	1,2
Competitividade Estrutural e Negócios Adjacentes	0,6
Aquisição Facepa	0,3
Aquisição de terras e florestas	0,3
<b>Total</b>	<b>2,4</b>

Pretende-se que os investimentos acima referidos sejam suportados, em parte, prioritariamente, com recursos da Reserva para Aumento de Capital, sendo um total de lucros retidos até 31 de dezembro de 2016 de R\$ 1.2 bilhão e um complemento da reserva no exercício social de 2017 no valor de R\$ 1.0 bilhão, conforme proposta de retenção constante do item II desta Proposta ora submetida à aprovação dos Acionistas da Companhia. A diferença, no montante de R\$ 0.2 bilhão, para a realização do total dos investimentos propostos pela Administração, pretende-se que seja realizada com recursos próprios (gerados com atividade operacional durante o exercício) e recursos de terceiros.

A destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, elaborada pela Administração e emitidas em 7 de fevereiro de 2018.

#### 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

##### a) Montante destinado a reserva



Consoante o art. 195-A, da Lei das Sociedades por Ações, o montante de R\$ 196.603.566,79 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos) foi destinado à Reserva de Incentivos Fiscais.

**b) Natureza da destinação**

As unidades industriais de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA estão situadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e possuem o incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração.

Para a unidade de Mucuri/BA, as Linhas 1 e 2 gozam do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração até os anos calendário 2024 e 2018 respectivamente. A unidade de Imperatriz tem a fruição do incentivo válida até o ano 2024. Este incentivo fiscal é calculado no resultado das operações incentivadas apurado com base no lucro da exploração. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda. O valor reduzido de imposto de renda é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal.

---

---

V - Administração (Seções 12.5 a 12.10 - Instrução CVM nº 480)

---

---

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, indicar:

Conselho Fiscal:

**Nome:** Luiz Augusto Marques Paes

**Data de Nascimento:** 21/07/1961

**Profissão:** Advogado

**CPF:** 045.320.388-47

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro efetivo do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 14

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Sim.

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Desde abril de 1991, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. É sócio do escritório Paes e Colauto – Sociedade de Advogados, onde presta assessoria jurídica e consultoria tributária e societária. Atualmente, também é membro efetivo do Conselho Fiscal da companhia JSL S.A., empresa de capital aberto cuja principal atividade é a prestação de serviços na área de logística, do Conselho Fiscal da companhia Movida Participações S.A., empresa de capital aberto cuja principal atividade é a locação de veículos e prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota e do Conselho Fiscal da companhia CPFL Energia S.A., empresa de capital aberto do setor de energia. O Sr. Luiz Paes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Rubens Barletta

**Data de Nascimento:** 10/08/1946

**Profissão:** Advogado

**CPF:** 397.909.328-04

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro efetivo do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 13

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Sim

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia e também das seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A., instituição financeira, (ii) Alfa Holdings S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades do grupo Alfa e Tegma Gestão Logística S/A., empresa cuja principal atividade é a prestação de serviços logísticos. No período de 1999 até 2010, ocupou o cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira de capital aberto e do Consórcio Alfa de Administração S.A., sociedade de capital aberto cuja principal atividade é a participação em outras sociedades do grupo Alfa. Participa, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, escritório especializado em Direito Privado, com ênfase em Direito Societário. Desde o ano de 1961 até o ano de 2008 participou como funcionário, estagiário e, depois, sócio do Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C. O Sr. Rubens Barletta declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Luiz Gonzaga Ramos Schubert

**Data de Nascimento:** 27/04/1937

**Profissão:** Advogado

**CPF:** 080.501.128-53

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro suplente do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 15

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Sim.

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. É membro Efetivo do Conselho Fiscal, da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira, de capital aberto, pertencentes ao Conglomerado Alfa, membro Suplente do Conselho Fiscal do Consórcio Alfa de Administração S.A. O Consórcio Alfa de Administração S.A. é uma sociedade de participação, de capital aberto, que detêm participação na instituição financeira acima nomeada e em outras sociedades do Conglomerado Alfa. No período de 1999 até 2010, exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A, instituição financeira. Participa, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, escritório especializado em Direito Privado, com ênfase em Direito Societário. De 1972 a março de 2009, participou como estagiário e, depois, sócio do Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C. Os Escritórios Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados e Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C são escritórios de advocacia e não pertencem a nenhum grupo econômico. O Sr. Schubert declarou que, para todos os fins de direito, nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome:** Roberto Figueiredo Mello

**Data de Nascimento:** 06/08/1948

**Profissão:** Advogado

**CPF:** 532.755.358-20

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro suplente do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 15

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Sim.

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e, desde 1988. Sócio da Pacaembu Serviços e Participações Ltda., empresa cuja principal atividade é a prestação de serviços paralegais e de suporte empresarial. Foi membro do Conselho Fiscal do Barclay's Bank entre 1995/2002, instituição financeira. Diretor da Vocal Com. Veículos Ltda. entre 1989/1998, empresa concessionária de carros da marca Volvo; e, entre 1986 e 1998, diretor da SPP - Nemo S.A. Coml. Exportadora, empresa integrante do grupo econômico da Companhia à época, cuja principal atividade era distribuição de papel no Brasil e no exterior. O Sr. Roberto Figueiredo Mello declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Eraldo Soares Peçanha

**Data de Nascimento:** 21/09/1951

**Profissão:** Administrador

**CPF:** 179.386.437-34

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro efetivo do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 1

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Não

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes. Possui como experiência profissional: Banco Lowndes e Banco do Estado do Rio de Janeiro – 1970 a 1974; Aracruz Celulose S.A. - 1974 a 1996; CSN - Companhia Siderúrgica Nacional - 1996 a 2003; Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - 2003 a 2008; Icatu Seguros S.A. - 2008 a 2011; Atividades Independentes - a partir de março/2011. O Sr. Eraldo Soares Peçanha declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Kurt Janos Toth

**Data de Nascimento:** 30/10/1947

**Profissão:** Economista

**CPF:** 193.789.557-20

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro suplente do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 1

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Não

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense em 1973. Possui como experiência profissional: 2006/2008 – BNDES – Área de Controle – Departamento de Controle Interno – Economista – Participação na equipe responsável pela estruturação do sistema de Controles Internos do BNDES; 1988/2006 – BNDES – Área de Crédito – Departamento de Crédito – Chefe de Departamento – Coordenação da equipe que concebeu e operou o Sistema de Classificação de Risco de Empresas adotado pelo BNDES e a Política de Crédito, sob a ótica de Risco, no Banco; 1984/1986 – BNDES – Área de Projetos Industriais – Chefe de Departamento de Bens de Capital e de Indústrias Tradicionais – Chefia de equipes responsáveis pela análise e acompanhamento de projetos dos referidos segmentos industriais; 1978/1984 – BNDES - Área de Projetos Industriais – Gerente do Departamento de Bens de Capital e de Indústrias Tradicionais – Gerência de equipes responsáveis pela análise e acompanhamento de projetos dos segmentos de Materiais de Transporte, Máquinas Ferramenta, Automação Industrial e Fundição, dentre outros; 1973/1978 - BNDES - Área de Projetos Industriais – Economista do Departamento de Bens de Capital e de Indústrias Tradicionais – Analista de projetos dos segmentos de Materiais de Transporte, Fundição e de Bens de Consumo, dentre outros; 1971/1973 – BNDES – Diversas Áreas – Estagiário. Participou dos seguintes Conselhos Fiscais: 2008/2010 – Conselheiro Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S. A.; 2008/2015 – Conselheiro Fiscal titular da AES Tietê S.A.; 2011/2015 – Conselheiro Deliberativo suplente (titular em 2015) da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES; 2008/2014 – Conselheiro Fiscal da AES Elpa S. A.; 2010/2011 – Conselheiro Fiscal titular da Eletropaulo Comunicações Ltda.; 2010/2017 – Conselheiro Fiscal titular da AES Communications Rio de Janeiro S.A.; 2003/2006 – Conselheiro Fiscal titular da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – ELETROBRÁS; 1993/1994 – Conselheiro Fiscal titular da então Companhia Vale do Rio Doce. O Sr. Kurt Janos Toth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Vitor Paulo Camargo Goncalves

**Data de Nascimento:** 02/12/1956

**Profissão:** Pensionista

**CPF:** 980.670.798-20

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro efetivo do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 0

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Não

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)



**CV:** Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1981, com especializações em Administração de Fundo de Pensão pela Wharton School, Philadelphia, EUA (1997) e na área de Conselheiros de Administração e Fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2000) e pós-graduação em Governança Corporativa pelo Ibmecc-RJ (2001), em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (2002), em *Executive Education – Gestão Empresarial* pelo Ibmecc-RJ (2003) e Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2006). Ingressou no Banco do Brasil em 1976 e atuou na Previ como Diretor de Participações, Diretor de Planejamento, Conselheiro Fiscal e Diretor Deliberativo. Também atuou nos Conselhos de Administração da Paranapanema S.A. (1997/2004), Petroflex S.A. (2005), Invepar S.A (2001) e Kepler Weber S.A. (2007/2011). Foi membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP) como representante da Previ. Atualmente, é Presidente do Instituto de Certificação de Profissionais de Seguridade Social (ICSS). O Sr. Vitor Paulo Camargo Goncalves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Nome:** Beatriz Pereira Carneiro Cunha

**Data de Nascimento:** 27/02/1968

**Profissão:** Administradora

**CPF:** 650.291.866-20

**Cargo eletivo para o qual é indicado:** membro suplente do Conselho Fiscal.

**Data prevista da eleição:** 26/04/2018

**Data prevista da posse:** 26/04/2018

**Prazo do Mandato:** AGO de 2019

**Número de mandatos consecutivos:** 0

**Outros cargos ou funções exercidas na Companhia:** não ocupa outros cargos na Companhia

**Indicado pelo controlador:** Não

**Membro Independente:** Sim (considerando critério de independência estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA)

**CV:** Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (2003), com MBA com especialização em Banking pela Fundação Instituto de Administração – FIA (2007), e especializações em Análise Técnica pela CMA Trading (2008) e em Auditoria Interna pelo IBRAE (1989). Atuou como Diretora da Policard Systems e Serviços S.A. (1995/2016), como Presidente da ABRALIZA – Associação Brasileira das Franquias da Localiza (1992/1996), como docente na BI International - Educação Executiva no cargo de orientadora de projetos (2012/2014) e como Conselheira CCI do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2013/2015). A Sra. Beatriz Pereira Carneiro Cunha declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito a qualquer (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo perante a CVM, ou (c) condenação judicial ou administrativa transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Conselho de Administração	Total de Reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
David Feffer	25	100
Claudio Thomaz Lobo Sonder	25	100



Daniel Feffer	25	100
Antônio de Souza Correa Meyer	25	100
Jorge Feffer	25	100
Marco Antônio Bologna	25	100
Nildemar Secches	25	100
Rodrigo Kede de Freitas Lima	25	100
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado	25	100

Conselho Fiscal	Total de Reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Rubens Barletta (Efetivo)	8	100
Luiz Augusto Marques Paes (Efetivo)	8	100
Eraldo Soares Peçanha (Efetivo)	8	100
Roberto Figueiredo Mello (Suplente)	8	-
Luiz Gonzaga Ramos Schubert (Suplente)	8	-
Kurt Janos Toth (Suplente)	8	-

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não aplicável. Os membros dos comitês são nomeados pelo Conselho de Administração, conforme previsto no § 1º do art. 20 do Estatuto da Companhia.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse nos cargos.**

Não aplicável. Os membros dos comitês são nomeados pelo Conselho de Administração, conforme previsto no § 1º do art. 20 do Estatuto da Companhia.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) administradores da Companhia**

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do Conselho de Administração, são irmãos.

**b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Não há.

**c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do Conselho de Administração, são irmãos do Sr. Ruben Feffer. Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer e Ruben Feffer são acionistas diretos da Companhia e também indiretos por meio da Suzano Holding S.A.

**d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não há.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:**

**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Não há.

**b) controlador direto ou indireto da Companhia**

O Sr. David Feffer é Diretor Presidente da controladora Suzano Holding S.A. e Presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Gestão e Membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.

O Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder é Diretor Vice-Presidente Executivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração da controladora Suzano Holding S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Gestão da Companhia.

O Sr. Antônio de Souza Correa Meyer é membro do Conselho de Administração da Suzano Holding S.A. e da Companhia, assim como sócio co-fundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e para a Suzano Holding S.A.

**c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há.

---

---

**VI - Remuneração dos Administradores (Seção 13 - Instrução CVM nº 480)**

---

---

A remuneração na Companhia está vinculada aos resultados e à geração de valor para os acionistas. A remuneração oferecida pela Companhia permite atrair, manter e reconhecer na sua Administração profissionais de grande potencial e performance.

Nos últimos anos, a Companhia transformou e desenvolveu os critérios de avaliação da remuneração fixa e variável de toda a liderança da Companhia, passando nos últimos anos para um modelo de avaliação baseado no EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e no ROIC (retorno sobre capital empregado). A Companhia entende que o ROIC é o melhor critério de avaliação do desempenho da liderança ao longo do ano, pois alinha a remuneração da Administração com os interesses dos acionistas, criando um círculo virtuoso de geração de valor sustentável e de longo prazo. A Companhia utiliza ainda o conceito de resultado *stretch* na composição da remuneração variável da sua liderança. Parte dessa remuneração será apurada com base nos números contábeis de 2017 e parte deverá sofrer ajuste de variáveis exógenas ao resultado. São consideradas como variáveis exógenas principalmente os efeitos do câmbio e do preço internacional da celulose nos resultados, uma vez que a Companhia não possui ingerência sobre os mesmos. Dessa forma, a Companhia acredita que essa metodologia seja a mais justa para avaliar o desempenho da sua Administração.

Para alguns colaboradores, que têm responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, é oferecida a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*. Ainda, para um grupo selecionado de colaboradores mais interligados aos seus objetivos de longo prazo, é oferecida a possibilidade de ingressar em um Programa de Opções de Compra de Ações, com condições pré-definidas.

As transformações recentes dos critérios de avaliação da remuneração da Administração, bem como os programas acima citados, têm por objetivo incentivar o desenvolvimento da Companhia pautado na sua estratégia corporativa, buscando a maximização do retorno sobre capital investido.

**13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária:****a) Objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com seus princípios e valores e com os objetivos dos acionistas. Para tanto, a Companhia pauta sua política pelo acompanhamento do ambiente externo e compara anualmente sua grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atua, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que a Companhia pratica.

A estratégia de remuneração indica que a Companhia pretende se posicionar acima da mediana do seu mercado de referência para que, com isto, possa atingir seus objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível, que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

A Companhia pratica também, com relação à remuneração variável de curto prazo, a distribuição da participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos seus colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, é oferecida, ainda, a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

A Companhia oferece, ainda, para executivos elegíveis, um Programa de Opções de Compra de Ações Preferenciais Classe “A” (em 10 de novembro de 2017 a Companhia migrou suas ações Preferenciais Classe “A” para Ordinárias) com condições pré-definidas e alinhadas aos objetivos de longo prazo da Companhia.

Ambos os programas têm por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem um maior alinhamento de nossos executivos, administradores e colaboradores, com os objetivos da Companhia.

**b) Composição da remuneração, indicando:**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um destes elementos**

São considerados como elementos da remuneração:

- Remuneração fixa anual: abrange salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e remuneração por participação em comitês, entre outros, tendo como objetivo a recompensa no curto prazo.
- Remuneração variável: abrange bônus, participação nos resultados, remuneração por participação em reuniões, entre outros, tendo como objetivo a recompensa no curto e médio prazos.
- Remuneração baseada em ações: programa de incentivo de longo prazo que abrange *phantom shares* e opção de compra de ações, tendo como objetivo a recompensa no médio e longo prazos.
- Benefícios pós-emprego: abrange previdência privada, tendo como objetivo a assistência após a cessação do vínculo com a Companhia.
- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo: não há.

A aplicação destes elementos, bem como seus objetivos, ocorre de acordo com os órgãos detalhados a seguir:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração que não têm dedicação permanente a esta atividade fazem jus somente a remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Aqueles Conselheiros que têm dedicação permanente, além da remuneração fixa podem fazer jus a uma remuneração variável, também alinhada aos padrões de mercado, por meio de pesquisas de renomada consultoria especializada no tema.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom shares* ou do programa de incentivo de longo prazo de opção de compra de ações e os membros do Conselho de Administração que não têm dedicação permanente não fazem jus a qualquer benefício.

Aqueles que têm dedicação permanente, por sua vez, beneficiam-se de seguro de vida pela Companhia e aqueles que, além de serem permanentes, também ocupem assento em Comitês, também fazem jus ao benefício veículo concedido pela Companhia.

#### Diretoria:

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há, ainda, o incentivo de longo prazo, que, por meio de mecanismo de *phantom shares* e do Programa de Opções de Compra de Ações, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas as parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas, conforme padrões de mercado, por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Os seguintes benefícios compõem ainda a remuneração da Diretoria: vale alimentação, vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, previdência privada, *check-up* de saúde, plano de saúde, plano odontológico e veículo.

Assim como a remuneração, os benefícios oferecidos também seguem padrões de mercado por meio de pesquisa conduzida por renomada consultoria especializada no tema.

#### Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente e composto de profissionais independentes. A política de remuneração dos seus membros acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação de no mínimo 10% da remuneração fixa, em média, atribuída aos membros da Diretoria, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos demais diretores.

Portanto, os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a qualquer remuneração variável, tampouco a benefícios.

#### Comitês:

Os membros dos Comitês Estatutários podem fazer jus à remuneração fixa e variável de curto prazo, de modo a que a parcela da remuneração dos membros dos Comitês componha a remuneração total, apontada pela pesquisa de mercado. Quando esta remuneração total, baseada em pesquisa de mercado, já foi atingida os membros dos Comitês estatutários, conforme aplicável, não farão jus a remuneração variável.

#### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Nos últimos três anos, os membros do Conselho de Administração, sem dedicação permanente, receberam remuneração fixa, não havendo parcela de remuneração variável, remuneração baseada em ações ou benefício pós-emprego, do mesmo modo que os membros do Conselho Fiscal.

Já para os membros do Conselho de Administração com dedicação permanente, a tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa e variável, não havendo parcela de remuneração baseada em ações.

Ano	Remuneração Fixa <sup>(1)</sup>	Remuneração Variável Curto Prazo <sup>(2)</sup>
2017	39%	61%
2016	37%	63%
2015	39%	61%

<sup>(1)</sup> Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego).

<sup>(2)</sup> Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados).

Com relação à Diretoria, a tabela abaixo indica o percentual da parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego), da variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações):

Ano	Remuneração Fixa <sup>(1)</sup>	Remuneração Variável Curto Prazo <sup>(2)</sup>	Remuneração Variável Longo Prazo <sup>(3)</sup>
2017	31%	43%	26%
2016	28%	43%	28%
2015	27%	46%	26%

<sup>(1)</sup> Remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego).

<sup>(2)</sup> Remuneração variável curto prazo (bônus e participação nos resultados).

<sup>(3)</sup> Remuneração variável longo prazo (baseada em ações).

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

### (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria, Conselhos e Comitês são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, especialmente por empresas concorrentes nos segmentos em que a Companhia atua, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela praticada pela Companhia, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

### (iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da média deste mercado selecionado.

### (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados.



**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.**

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

As parcelas variáveis (remuneração variável e remuneração baseada em ações) são baseadas em indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Os indicadores utilizados para aferir o desempenho individual têm sido:

- Capital de giro, contemplando estoques e prazo de pagamento;
- Captação de *equity* e dívida;
- Cumprimento das atividades críticas definidas;
- Cumprimento de orçamento nos limites definidos;
- Custos fixos, variáveis e de comercialização;
- Disponibilização efetiva de áreas de plantio;
- Dívida líquida da Companhia e custo desta;
- EBITDA;
- Elaboração efetiva e apresentação de plano de negócios;
- Execução de etapas relacionadas a ações de inovação;
- Fechamento efetivo de contratos;
- Fluxo de caixa livre;
- Implementação efetiva de atividades previstas;
- Integrações operacionais de empresas adquiridas;
- Manutenção de estrutura de capital adequada;
- Margem de contribuição;
- Níveis de produção de papel e celulose;
- ROIC;
- Análise de investimento através de VPL, taxas de retorno de projeto e *payback*;
- Análise de eficiência operacional florestal, industrial e logística.

Para o benefício pós-emprego, também são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da sua prática frente a este mesmo mercado.

**d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisa conduzida por consultoria especializada no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes às metas, aos valores e princípios éticos da Companhia. Esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

As práticas de remuneração fixa, que visam à recompensa imediata, por intermédio do monitoramento do comportamento do mercado de comparação da Companhia, alinham-se aos interesses de curto prazo desta.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus e participação nos resultados, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e também de médio prazo (resultados a atingir) da Companhia.

Quanto às práticas de remuneração baseada em ações, por sua vez representada pelos programas de *phantom shares* e opção de compra de ações, estas asseguram o comprometimento de seus elegíveis com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

**f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Conselho de Administração:

Há membros do Conselho de Administração que também têm remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados) suportada por controladores diretos, dada sua participação em Conselho de Administração e/ou Diretoria das seguintes sociedades: Suzano Holding e IPLF Holding.

Diretoria:

Há membros da Diretoria que recebem remuneração fixa da Ibema Companhia Brasileira de Papel, empresa controlada direta da Companhia, a título de honorários pela participação em Conselho de Administração conforme valores destacados no item 13.15 abaixo.

Conselho Fiscal:

Não há membros do Conselho Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Comitês:

Há membros dos Comitês que também têm remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados) suportada por controladores diretos, dada sua participação em Conselho de Administração e/ou Diretoria das seguintes sociedades: Suzano Holding e IPLF Holding.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor.**

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

### 13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

#### Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) N° total de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
c) N° de membros remunerados	9,00	8,00	3,00	20,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	5.669.458,68	21.184.290,90	762.853,50	27.616.603,08
Benefícios diretos e indiretos	344.581,28	1.014.160,12	-	1.358.741,40
Remuneração por Participações em comitês	2.356.820,76	-	-	2.356.820,76
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	5.234.378,63	2.904.228,96	-	8.138.607,59
Participação nos resultados	-	10.756.403,55	-	10.756.403,55
Remuneração por participação em reuniões	200.000,00	-	-	200.000,00
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
iii. Benefícios pós-emprego	-	503.991,58	-	503.991,58
vi. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	9.462.805,71	-	9.462.805,71
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	13.805.239,35	45.825.880,81	762.853,50	60.393.973,66
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	13.805.239,35	45.825.880,81	762.853,50	60.393.973,66
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.			

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	9,00	6,83	3,00	18,83
c) Nº de membros remunerados	9,00	6,83	3,00	18,83
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	5.217.156,00	9.941.013,69	342.353,39	15.500.523,08
Benefícios diretos e indiretos	287.151,07	845.133,43	-	1.132.284,50
Remuneração por Participações em comitês	2.310.852,00	-	-	2.310.852,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	5.081.921,00	9.505.268,36	-	14.587.189,36
Participação nos resultados	-	6.003.564,55	-	6.003.564,55
Remuneração por participação em reuniões	100.000,00	-	-	100.000,00
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
iii. Benefícios pós-emprego	-	350.807,40	-	350.807,40
vi. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	9.466.796,98	-	9.466.796,98
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	12.997.080,07	36.112.584,41	342.353,39	49.452.017,87
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	12.997.080,07	36.112.584,41	342.353,39	49.452.017,87
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.			

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	8,50	5,50	3,00	17,00
c) Nº de membros remunerados	8,50	5,50	3,00	17,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	4.231.117,60	7.045.061,32	342.670,68	11.618.849,60
Benefícios diretos e indiretos	300.408,82	462.889,87	-	763.298,69
Remuneração por Participações em comitês	2.016.180,00	-	-	2.016.180,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	4.495.545,00	8.373.788,95	-	12.869.333,95
Participação nos resultados	-	3.555.734,10	-	3.555.734,10
Remuneração por participação em reuniões	25.000,00	-	-	25.000,00
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
iii. Benefícios pós-emprego	-	277.305,63	-	277.305,63
vi. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	7.814.635,16	-	7.814.635,16
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	11.068.251,42	27.529.415,03	342.670,68	38.940.337,13
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	11.068.251,42	27.529.415,03	342.670,68	38.940.337,13
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.			

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº total de membros	8,67	6,00	3,00	17,67
c) Nº de membros remunerados	8,67	6,00	3,00	17,67
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual, segregada em				
Salário ou pró-labore	3.148.950,40	5.966.841,60	329.977,92	9.445.769,92
Benefícios diretos e indiretos	-	1.537.104,70	-	1.537.104,70
Remuneração por Participações em comitês	1.957.248,00	-	-	1.957.248,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
ii. Remuneração variável, segregada em				
Bônus	3.909.170,00	8.663.448,74	-	12.572.618,74
Participação nos resultados	-	4.701.744,42	-	4.701.744,42
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual. Não houve contribuição devido desoneração da folha de pagamento.			
iii. Benefícios pós-emprego	-	301.485,00	-	301.485,00
vi. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	7.618.056,83	-	7.618.056,83
e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	9.015.368,40	28.788.691,29	329.977,92	38.134.037,61
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	9.015.368,40	28.788.691,29	329.977,92	38.134.027,61
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.			



### 13.3. Remuneração Variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho

#### Exercício social corrente (a ser encerrado em 31/12/2018)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de Membros	9	8	3	20
Número de membros remunerados	1	7	-	8
<b>Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.317.924,00	-	N/A	3.317.924,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.234.378,63	2.904.228,96	N/A	8.138.607,59
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	5.081.921,00	1.452.114,48	N/A	6.534.035,48
<b>Participação no resultado</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	10.756.403,55	N/A	10.756.403,55
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	6.327.296,21	N/A	6.327.296,21

#### Exercício social encerrado em 31/12/2017

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de Membros	9,00	6,83	3,00	18,83
Número de membros remunerados	1,00	6,83	-	7,83
<b>Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.317.924,00	-	N/A	3.317.924,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.081.921,00	10.651.561,49	N/A	15.733.482,49
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	5.081.921,00	9.582.780,11	N/A	14.664.701,11
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	5.081.921,00	9.505.268,36	N/A	14.587.189,36
<b>Participação no resultado</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.182.941,39	N/A	9.182.941,39
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	6.304.838,64	N/A	6.304.838,64
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	6.003.564,55	N/A	6.003.564,55

**Exercício social encerrado em 31/12/2016**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de Membros	8,50	5,50	3,00	17,00
Número de membros remunerados	2,00	7,00	-	9,00
<b>Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.317.924,00	-	N/A	3.317.924,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.081.921,00	10.084.997,88	N/A	15.166.918,88
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	4.495.545,00	8.514.000,00	N/A	13.009.545,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	4.495.545,00	8.373.788,95	N/A	12.869.333,95
<b>Participação no resultado</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.818.510,67	N/A	5.818.510,67
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	3.522.653,33	N/A	3.522.653,33
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	3.555.734,10	N/A	3.555.734,10

**Exercício social encerrado em 31/12/2015**

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de Membros	8,67	6,00	3,00	17,67
Número de membros remunerados	2,00	6,00	-	8,00
<b>Bônus</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.317.924,00	-	N/A	3.317.924,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.081.921,00	10.237.421,07	N/A	15.319.342,07
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	3.909.170,00	8.758.571,97	N/A	12.667.741,97
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	3.909.170,00	8.663.448,74	N/A	12.572.618,74
<b>Participação no resultado</b>				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	-	N/A	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.383.041,00	N/A	6.383.041,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.628.204,38	N/A	4.628.204,38
iv. Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	4.701.744,42	N/A	4.701.744,42

#### 13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária:

##### a) Termos e condições gerais

A Suzano Papel e Celulose possui três planos de Incentivo de Longo Prazo baseados em ações: (i) o plano de Ações Fantasma (*Phantom Shares*), (ii) o plano de Opções de compra de ações (*Stock Options*) e o (iii) plano de apreciação do valor das ações (SAR - *Share Appreciation Rights*). Os planos são apresentados a seguir.

São estabelecidas pela Companhia condições gerais para a outorga, as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de planos de incentivos de longo prazo aos beneficiários.

De forma geral, o valor a ser outorgado é determinado com base em (i) cumprimento de metas e (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos.

Vale ressaltar que, a partir de 10 de novembro de 2017, a Companhia migrou suas ações Preferenciais Classe A (SUZB5) para ações Ordinárias (SUZB3). Com isso, todos os Planos passaram a considerar a ação SUZB3 como referência.

Os planos são apresentados a seguir.

##### (i) Plano de Ações Fantasma

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa), chamado Plano de Ações Fantasma.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida tomando como referência o salário do beneficiário, um múltiplo salarial e a média das últimas 90 cotações da ação da Companhia na B3.

Em 2014 e 2015 foram outorgados planos de Ações Fantasma com períodos de carência (*vesting*) de três e quatro anos (50% das ações outorgadas em cada lote). A partir de 2016 passaram a ser outorgados três lotes de ações fantasma com *vestings* de, respectivamente, três, quatro e cinco anos (1/3 do total outorgado em cada lote).

Além dessas outorgas de Ações Fantasma, houve uma outorga em 2012 com condições especiais que limitavam valores mínimo e/ou máximo a serem atingidos pelas ações fantasma. Mais especificamente, as ações fantasma do Programa Especial 2012(a) possuíam um valor mínimo para resgate fixado em R\$9,00 e um valor máximo de R\$15,53 por ação. Já as ações fantasma do Programa Especial 2012(b) e Programa Especial 2012(c) possuíam um resgate mínimo garantido em R\$ 9,00, sem um valor máximo fixado. As demais características deste plano são as mesmas do Plano de Ações Fantasma convencional. Estas outorgas de 2012 já foram todas resgatadas.

##### (ii) Plano de Opção de Compra de Ações

Dentro Plano de Opção de Compra de Ações (SOP) da companhia, há atualmente apenas o Programa 3, outorgado em 2013, ativo atualmente. Além dele, é apresentado neste documento o Programa 2, outorgado em 2010, e finalizado em 2015.

Em 11 de agosto de 2010 (data das outorgas), o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para este fim, aprovou os termos gerais do segundo Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como seu respectivo regulamento.

O plano estabeleceu condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), a serem definidos em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

O prazo de carência para exercício das opções do Programa 2 era de 36 meses, 48 meses e 61 meses para o 1º, 2º e 3º lotes, respectivamente. O vencimento das opções acontecia 6 meses após o fim da carência de cada lote. Além disso, o beneficiário deveria observar o período de 12 meses de *lockup*, no qual ele não poderia alienar as ações adquiridas por meio das opções do plano.

No dia 18 de janeiro de 2013 foi iniciado o Programa 3 com a outorga de 9 milhões de opções. As opções são divididas em 5 lotes iguais de opções (20% do total de opções para cada). O prazo de carência de cada um dos lotes depende do desempenho do beneficiário no período de carência. Ou seja, a carência pode ser antecipada caso metas pré-definidas sejam atingidas. Após o término da carência, o beneficiário tem 90 dias para exercer as opções.

O 1º lote tem carência de 24 meses, podendo ser antecipada para 12 meses. O 2º lote tem a carência de 36 meses, podendo ser antecipado para 24 meses. O 3º lote tem a carência de 60 meses, podendo ser antecipada para 36 meses. O 4º lote tem a carência de 72 meses, podendo ser antecipada para 48 meses. O 5º lote tem a carência de 84 meses, podendo ser antecipada para 60 meses. O vencimento dessas opções ocorre 3 meses após a data de carência.

Antes destes programas, a Companhia outorgou o Programa 1, cuja as opções foram todas finalizadas até o fim de 2013, e por isso não faz parte do presente documento.

### (iii) **Plano SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (*Share Appreciation Rights*, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano considera a diferença entre o preço da ação da Companhia e um valor base. Isso traz ao Plano característica similar à planos de opções de compras de ação (o valor base, cumpre o papel do preço de exercício de um plano de opções). Por este motivo, e por ser liquidado em dinheiro (em caixa) o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

As outorgas têm preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

O beneficiário pode ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga. No final da carência, o executivo pode pagar 20% do valor da outorga para aquisição

das ações fantasmas (ou seja, para exercer as opções fantasmas). Tanto os 5% quanto os 20% devem ser depositados na conta da empresa.

Assim o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

#### **b) Principais objetivos do plano**

Os Planos de ILP da Companhia foram criados com o objetivo de:

- (i) estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas (acionistas, especificamente para o Plano de Opção de Compra de Ações) da Companhia;
- (ii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de serem acionistas (acionistas, especificamente para o Plano de Opção de Compra de Ações) da Companhia, nos termos, condições e formas previstos nos respectivos regulamento e plano dos programas; e
- (iii) promover o bom desempenho da Companhia e o atingimento dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos, administradores e colaboradores.

#### **c) Forma como o plano contribui para estes objetivos**

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia, definidos anualmente pelo Comitê de Gestão.

#### **d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários, embora as opções de compra de ações preferenciais não integrem o salário ou a remuneração global dos beneficiários, nos termos dos contratos de adesão aos programas do plano.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários frente a este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

#### **e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (Ações Fantasma, SAR e opções de compra de ações) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do Comitê de Gestão, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de *vesting* (carência) para as Ações Fantasma e SARs, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

Já para as opções de compra de ações, a Companhia as outorgas em prazos futuros, com base no preço de outorga que, por sua vez, é mais baixo que o valor da ação no momento da sua concessão, de modo que ao beneficiário interesse

trabalhar a valorização da empresa, buscando uma diferença maior entre o preço de aquisição na data da outorga e o preço justo das ações da Companhia no exercício da opção.

Adicionalmente, o plano de opção de compra de ações adotado pela Companhia impõe um período de restrição para transferência das ações, o que também atua para que o beneficiário tenha interesse em focar em ações de gestão sustentáveis no longo prazo.

A título exemplificativo, alguns dos indicadores adotados pelo Comitê de Gestão para a concessão do programa de remuneração baseada em ações são a relação EBITDA e ROIC, o valor econômico agregado e o incremento do valor da empresa.

#### **f) Número máximo de ações abrangidas**

- Plano de Ações Fantasmas e SAR

Limite não aplicável, uma vez que nos dois Planos, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

- Plano de Opção de Compra de Ações

As Opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência, 2% (dois por cento) do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

#### **g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

- Plano de Ações Fantasmas e SAR

Não se aplica por ser um programa baseado em ações ou opções fantasmas.

- Plano de Opção de Compra de Ações

Para o Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações (opções de compra de ações), as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

Ressaltamos que partir de 10 de novembro de 2017 a Companhia migrou suas ações Preferenciais Classe “A” (SUZB5) para ações Ordinárias (SUZB3).

#### **h) Condições de aquisição das ações**

- Plano de Ações Fantasmas

São elegíveis a este programa executivos nas posições de Diretor Executivo, Diretor e membros chave da Companhia.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das Ações Fantasma (condições de aquisição e não-aquisição): (i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária ou desligamento sem justa causa pela empresa (nestes casos, o beneficiário perderá



automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização); (ii) na hipótese de aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma; (iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as Ações Fantasma somente podem ser exercidas após um período de carência de um a quatro anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de cinco anos a contar da data de outorga.

- Plano de SAR

São elegíveis a este programa os Diretores e Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): (i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as SAR que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; (ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; (iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas SAR nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos (período de aquisição). Também devem ser considerados o prazo máximo de 5 anos para o resgate (vencimento) e um prazo de 6 meses após pagamento dos 20% de exercício para efetivamente receber o pagamento por parte da companhia (um conceito similar ao de *lock up* de ações).

- Plano de Opção de Compra de Ações

Para o plano de opções de compra de ações, quanto aos beneficiários:

- (i) serão elegíveis a participar deste plano os executivos, os administradores e colaboradores da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente; e
- (ii) o Comitê de Gestão, mediante a validação do Conselho de Administração, selecionará, a seu exclusivo critério, os beneficiários que farão jus à outorga das opções em cada programa, dentre as pessoas elegíveis a participar deste plano, conforme parágrafo acima.

Em caso de desligamento por justa causa, pedido de demissão voluntária ou aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização. Na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções, enquanto que, na ausência das situações acima mencionadas, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (período de aquisição, definido em 13.4 (j) abaixo), durante os quais os beneficiários poderão exercer sua opção, total ou parcialmente.

#### i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- Plano de Ações Fantasma

Não existe preço de exercício, uma vez que o plano não é baseado em opções, mas no valor das ações. Todavia, o ganho correspondente a cada *phantom share* outorgada é calculado da seguinte forma:

$VR = VMA \times \text{Quantidade de ações fantasmas}$ , sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

- Plano de SAR

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga}$ .

Já o valor resgatado é dado por:

$VR = [VMA - Pe] \times TRS$ , sendo:

VR = Valor Resgatado = Valor a ser resgatado pelo beneficiário

VMA = VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas pela média dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

- Plano de Opção de Compra de Ações

Para o Programa 2, o preço de exercício foi definido da seguinte forma:

$Pe = Pb \times (1+WACC)^{t/252} - (D+JCP) \times (1+WACC)^{t/252}$ , sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = preço base fixado em R\$ 14,56 por opção para o Programa 1 e R\$ 15,53 por opção para o Programa 2

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste foi aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou *pro-rata temporis* se o exercício da opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

t = período transcorrido em dias.

Já para o Programa 3, o preço de exercício foi dado pela média dos últimos 30 pregões anteriores à outorga das opções, descontados 15%.

Neste Programa, além da condição de permanência, o exercício também está sujeito a metas de desempenho cooperativo especificadas nos contratos de outorga.

#### j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- Plano de Ações Fantasma

O prazo de exercício é dado por até 5 anos após a outorga.

- Plano SAR

O prazo máximo de exercício (vencimento) das SAR é de 5 anos após a outorga.

- Plano de Opção de Compra de Ações

No Programa 2, o prazo máximo de exercício foi 31/12/2015, o que representava aproximadamente 5 anos e quatro meses da data de outorga.

Já o Programa 3 é composto por 5 lotes iguais. O prazo de carência de cada um dos lotes depende do desempenho do beneficiário no período de carência. Ou seja, a carência pode ser antecipada caso metas pré-definidas sejam atingidas. Após o término da carência, o beneficiário tem 90 dias para exercer as opções.

O 1º lote tem carência de 24 meses, podendo ser antecipada para 12 meses. O 2º lote tem a carência de 36 meses, podendo ser antecipado para 24 meses. O 3º lote tem a carência de 60 meses, podendo ser antecipada para 36 meses. O 4º lote tem a carência de 72 meses, podendo ser antecipada para 48 meses. O 5º lote tem a carência de 84 meses, podendo ser antecipada para 60 meses. Em qualquer dessas situações, o prazo máximo de exercício é de 6 meses após o término da carência.

#### **k) Forma de liquidação**

- Plano de Ações Fantasma e Plano SAR

A liquidação se dá em folha de pagamento a favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

- Plano de Opção de Compra de Ações

A liquidação dos Planos SOP é feita por meio de Ações da Companhia.

#### **l) Restrições a transferência das ações**

- Plano de Ações Fantasma e Plano SAR

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

- Plano de Opção de Compra de Ações

Para o Programas 2, os beneficiários devem respeitar o prazo de 12 meses para a transferência das ações adquiridas por meio do exercício das opções. Já em relação do Programa 3 não há restrições para a transferência das ações.

#### **m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de dissolução ou liquidação da Companhia, os beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações poderão exercer suas opções que já possam ser exercidas no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de acionistas que tiver por objeto deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia e a data de realização da mesma.

Caso contrário, as opções serão extintas, da mesma forma que o seu Regulamento e os respectivos Contratos de Adesão.

Os planos de opção de compra de ações, assim como o de Incentivo de Longo Prazo em Ações Fantasma e o Plano de SAR, poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão do Comitê de Gestão da Companhia. O término da vigência dos planos não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

**n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações**

Conforme mencionado no item 13.4(h) acima, com relação às Ações Fantasma: (i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização; (ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma.

No caso do SAR, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

**13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

As informações dos Planos de Ações Fantasmas, Ações Fantasmas Especiais e Opções (*Stock Options*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasmas, Ações Fantasmas Especiais ou Opções disponíveis para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Pode haver variação na quantidade de ações/opções outorgadas quando comparados quadros de anos consecutivos em função da mudança do quadro de Diretores Estatutários de um ano para o outro.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Previsão para o período fiscal com fim em 31/12/2018			
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	8,00			
c) Número de Membros Remunerados	7,00			
d) Em relação a cada outorga:				
i. Data de Outorga	01/03/2015	01/03/2016	03/04/2017	02/10/2017
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	176.343	50.894	1.218.048	126.024
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	127.938	41.578	1.218.048	126.024
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		33% 3 anos após a outorga	33% 4 anos após a outorga
			33% 5 anos após a outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		2 anos após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			

vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:				
• em aberto no início do exercício social	18,88	18,88	18,88	18,88
• perdas durante o exercício social	Não há previsão			
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão			
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão			
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	10,80	16,93	13,30	15,87
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas			

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2017			
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	6,83			
c) Número de Membros Remunerados	5,33			
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/03/2015	01/03/2016	03/04/2017	02/10/2017
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	176.343	50.894	1.218.048	126.024
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	157.318	50.894	-	-
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		33% 3 anos após a outorga	33% 4 anos após a outorga
			33% 5 anos após a outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		2 anos após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:				
• em aberto no início do exercício social	11,44	11,44	Não há	Não há
• perdas durante o exercício social	Não há			
• exercidas durante o exercício social	Não há			
• expiradas durante o exercício social	Não há			
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	10,80	16,93	13,30	15,87
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas			

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2016			
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	5,50			
c) Número de Membros Remunerados	4,50			
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/03/2012	01/03/2013	01/03/2015	01/03/2015
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	366.530	459.915	180.146	45.944
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	19.625	404.262	180.146	-

iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:				
• em aberto no início do exercício social	11,44	11,44	11,44	11,44
• perdas durante o exercício social	Não há	Não há	11,44	Não há
• exercidas durante o exercício social	16,05	19,96	Não há	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	11,44	Não há
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	7,49	6,58	10,80	16,93
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas			

<b>PLANO DE AÇÕES FANTASMAS</b>	<b>Período fiscal com fim em 31/12/2015</b>		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	6,00		
c) Número de Membros Remunerados	4,00		
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/03/2012	01/03/2013	01/03/2015
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	366.530	459.915	164.858
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	286.423	368.730	164.858
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:			
• em aberto no início do exercício social	18,11	18,11	18,11
• perdas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	15,99	Não há	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	7,49	6,58	10,80
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas		

<b>PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS</b>	<b>Previsão para o período fiscal com fim em 31/12/2018</b>
Não há Planos de Ações Fantasmas Especiais em aberto em 2018, todos já foram finalizados até o fim do exercício social de 2016.	

<b>PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS</b>	<b>Período fiscal com fim em 31/12/2017</b>
Não há Planos de Ações Fantasmas Especiais em aberto em 2017, todos já foram finalizados até o fim do exercício social de 2016.	



PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS	Período fiscal com fim em 31/12/2016	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	5,50	
c) Número de Membros Remunerados	2,00	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	21/12/2012	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	340.000	
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	140.000	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	31/03/2015 80.000	31/03/2016 140.000
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	30 dias após o término da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:		
• em aberto no início do exercício social	15,53	
• perdidas durante o exercício social	Não há	
• exercidas durante o exercício social	15,53	
• expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	5,55	5,55
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS	Período fiscal com fim em 31/12/2015		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	6,00		
c) Número de Membros Remunerados	3,00		
d) Em relação a cada outorga:			
i. Data de Outorga	21/12/2012	21/12/2012	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgadas	340.000	280.000	
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	220.000	142.240	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	31/03/2015 80.000	31/03/2016 140.000	31/03/2015 142.240
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	30 dias após o término da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:			
• em aberto no início do exercício social	15,53	15,53	
• perdidas durante o exercício social	Não há previsão		
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	5,55	5,55	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas		

PLANO DE OPÇÕES	Previsto para período fiscal com fim em 31/12/2018
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	8,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação a cada outorga:	
i. Data de Outorga	18/01/2013
i. Quantidade de opções outorgada	9.000.000
ii. Quantidade de opções em aberto no início do período	1.800.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	18/01/2018 - 1.800.000
v. Prazo máximo para exercício das opções	90 dias após o término da carência
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções	
• em aberto no início do exercício social	R\$ 4,73
• perdas durante o exercício social	Não há previsão
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 3,99
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,23%

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,83
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação a cada outorga:	
i. Data de Outorga	18/01/2013
i. Quantidade de opções outorgada	9.000.000
ii. Quantidade de opções em aberto no início do período	1.800.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	18/01/2018 - 1.800.000
v. Prazo máximo para exercício das opções	90 dias após o término da carência
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções	
• em aberto no início do exercício social	R\$ 4,73
• perdas durante o exercício social	Não há previsão
• exercidas durante o exercício social	R\$ 4,73
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 3,99
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,23%

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2016		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	5,50		
c) Número de Membros Remunerados	1,00		
d) Em relação a cada outorga:			
i. Data de Outorga	18/01/2013		
i. Quantidade de opções outorgada	9.000.000		
ii. Quantidade de opções em aberto no início do período	5.400.000		
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	18/01/2016 1.800.000	18/01/2017 1.800.000	18/01/2018 1.800.000
v. Prazo máximo para exercício das opções	90 dias após o término da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há		
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções			
• em aberto no início do exercício social	4,73		
• perdas durante o exercício social	Não há		
• exercidas durante o exercício social	4,73		
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	3,95		
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	1,23%		

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2015	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	6,00	
c) Número de Membros Remunerados	3,00	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/08/2010	18/01/2013
i. Quantidade de opções outorgada	400.000	9.000.000
ii. Quantidade de opções em aberto no início do período	400.000	7.200.000
iv. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/08/2013 - 80.000 01/08/2014 - 80.000 01/08/2015 - 120.000	18/01/2015 - 1.800.000 18/01/2016 - 1.800.000 18/01/2017 - 1.800.000 18/01/2018 - 1.800.000
v. Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2015	90 dias após o término da carência
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	12 meses	Não há
vii. Valor médio ponderado de exercício das opções		
• em aberto no início do exercício social	15,53	4,73
• perdas durante o exercício social	Não há	
• exercidas durante o exercício social	Não há	
• expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	5,97	3,89
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	0,05%	1,23%

PLANO DE SAR	Previsão para o período fiscal com fim em 31/12/2018		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	8,00		
c) Número de Membros Remunerados	5,00		
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2015	01/04/2016	01/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	213.034	185.544	223.431
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	176.159	163.505	223.431
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 meses após o fim da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado do preço de exercício das SAR			
• em aberto no início do exercício social	2,34	3,19	2,66
• perdas durante o exercício social	Não há previsão		
• exercidas durante o exercício social	Não há previsão		
• expiradas durante o exercício social	Não há previsão		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	10,93	13,78	10,42
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2017			
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	6,83			
c) Número de Membros Remunerados	4,92			
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016	03/04/2017
i. Quantidade de SAR outorgada	356.284	247.984	185.544	223.431
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	309.637	213.034	185.544	-
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das SAR	5 meses após o fim da carência			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR			
vii. Valor médio ponderado do preço de exercício das SAR				
• em aberto no início do exercício social	1,79	2,34	3,19	2,66
• perdas durante o exercício social	Não há	2,34	3,19	Não há
• exercidas durante o exercício social	1,79	2,34	Não há	Não há
• expiradas durante o exercício social	Não há			
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78	10,42
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR			

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2016		
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	5,50		
c) Número de Membros Remunerados	4,50		
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:			
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015	01/04/2016
i. Quantidade de SAR outorgada	356.284	247.984	159.996
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	356.284	247.984	-
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR		
vii. Valor médio ponderado do preço de exercício das SAR			
• em aberto no início do exercício social	1,79	2,34	3,19
• perdas durante o exercício social	1,79	2,34	Não há
• exercidas durante o exercício social	Não há		
• expiradas durante o exercício social	Não há		
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93	13,78
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR		

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2015	
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	6,00	
c) Número de Membros Remunerados	5,00	
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	01/04/2015
i. Quantidade de SAR outorgada	327.789	225.530
ii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	327.789	-
iv. Prazo para que as SAR se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das SAR	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
vii. Valor médio ponderado do preço de exercício das SAR		
• em aberto no início do exercício social	1,79	2,34
• perdas durante o exercício social	Não há	
• exercidas durante o exercício social	Não há	
• expiradas durante o exercício social	Não há	
e) Valor justo das SAR na data da outorga	8,16	10,93
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as SAR	Não aplicável para SAR	

### 13.6. Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

As informações dos Planos de Ações Fantasma, Ações Fantasma Especiais, Opções (*Stock Options*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2017																				
a) Órgão	Diretoria Estatutária																				
b) Número Total de Membros	6,83																				
c) Número de Membros Remunerados	5,33																				
d) Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis																					
i. Quantidade	1.513.588																				
ii. Data em que se tornarão exercíveis	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>01/03/2018</td><td>63.969</td></tr> <tr><td>01/03/2019</td><td>84.758</td></tr> <tr><td>01/03/2020</td><td>20.789</td></tr> <tr><td>03/04/2020</td><td>406.016</td></tr> <tr><td>02/10/2020</td><td>42.008</td></tr> <tr><td>03/04/2021</td><td>406.016</td></tr> <tr><td>02/10/2021</td><td>42.008</td></tr> <tr><td>03/04/2022</td><td>406.016</td></tr> <tr><td>02/10/2022</td><td>42.008</td></tr> </tbody> </table>	Data	Quantidade	01/03/2018	63.969	01/03/2019	84.758	01/03/2020	20.789	03/04/2020	406.016	02/10/2020	42.008	03/04/2021	406.016	02/10/2021	42.008	03/04/2022	406.016	02/10/2022	42.008
Data	Quantidade																				
01/03/2018	63.969																				
01/03/2019	84.758																				
01/03/2020	20.789																				
03/04/2020	406.016																				
02/10/2020	42.008																				
03/04/2021	406.016																				
02/10/2021	42.008																				
03/04/2022	406.016																				
02/10/2022	42.008																				
iii. Prazo máximo para exercício	3 anos após o fim da carência																				
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma																				
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma																				
vi. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 28.576.541,00																				
e) Em relação às ações fantasmas exercíveis																					
i. Quantidade	Não há Ações Fantasma exercíveis																				
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma																					
iii. Prazo de restrição à transferência das ações																					
iv. Preço médio ponderado de exercício																					
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social																					
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social		R\$ 28.576.541,00																			

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS	Período fiscal com fim em 31/12/2017
Não há Ações Fantasma Especiais em aberto no último dia do período fiscal findo em 31/12/2017.	



PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,83
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às Opções ainda não exercíveis	
i. Quantidade	1.800.000
ii. Data em que se tornarão exercíveis	18/01/2018 – 1.800.000
iii. Prazo máximo para exercício	90 dias após o término da carência
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não há
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 3,99
vi. Valor justo das Opções no último dia do exercício social	R\$ 7.182.000,00
e) Em relação às Opções exercíveis	
i. Quantidade	Não há opções exercíveis
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	
iv. Preço médio ponderado de exercício	
v. Valor justo das Opções no último dia do exercício social	
vi. Valor justo do total das Opções no último dia do exercício social	

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2017								
a) Órgão	Diretoria Estatutária								
b) Número Total de Membros	6,83								
c) Número de Membros Remunerados	4,92								
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis									
i. Quantidade	563.095								
ii. Data em que se tornarão exercíveis	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data</th> <th>Quantidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01/04/2018</td> <td>176.159</td> </tr> <tr> <td>01/04/2019</td> <td>163.505</td> </tr> <tr> <td>03/04/2020</td> <td>223.431</td> </tr> </tbody> </table>	Data	Quantidade	01/04/2018	176.159	01/04/2019	163.505	03/04/2020	223.431
Data	Quantidade								
01/04/2018	176.159								
01/04/2019	163.505								
03/04/2020	223.431								
iii. Prazo máximo para exercício	6 meses após o fim da carência								
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR								
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 2,71								
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 8.326.303,30								
e) Em relação às SAR exercíveis									
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis								
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma									
iii. Prazo de restrição à transferência das ações									
iv. Preço médio ponderado de exercício									
v. Valor justo das SAR no último dia do exercício social									
vi. Valor justo do total das SAR no último dia do exercício social		R\$ 8.326.303,30							

### 13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social:

As informações dos Planos de Ações Fantasma, Ações Fantasma Especiais e Opções (*Stock Options*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Em relação ao Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*), ainda não houve exercício uma vez que todos os lotes estão em carência.

#### Plano de Ações Fantasmas:

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,83
c) Número de Membros Remunerados	5,33
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	24.559
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 13,21
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma exercidas
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,50
c) Número de Membros Remunerados	4,50
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	361.416
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 19,72
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma exercidas
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em 31/12/2015
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,00
c) Número de Membros Remunerados	5,00
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	286.423
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 15,99
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma exercidas
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações fantasma

Plano de Ações Fantasmas Especiais: Não houve o exercício de Ações Fantasmas Especiais em 2017.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS	Período fiscal com fim em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,50
c) Número de Membros Remunerados	2,00
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	140.000
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 15,53
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	Não aplicável para ações fantasma

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS ESPECIAIS	Período fiscal com fim em 31/12/2015
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,00
c) Número de Membros Remunerados	3,00
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	222.240
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 10,80
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma exercidas
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não aplicável para ações fantasma
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

Plano de SAR: Não houve exercício de SAR até 2017 (por isso só é apresentado o quadro de 2017).

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,83
c) Número de Membros Remunerados	4,92
d) Em relação às ações exercidas	
i. Quantidade	348.113
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 1,87
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 4.783.584,57
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não se aplica à SAR que é liquidado em caixa
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

Plano de Opções:

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2017
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,83
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações exercidas	
i. Quantidade	1.800.000
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,73
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 14.598.000,00
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não foram entregues ações, a não ser àquelas em decorrência do exercício das 1.800.000 opções acima citadas
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,50
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações exercidas	
i. Quantidade	1.800.000
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,73
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 21.960.000,00
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não foram entregues ações, a não ser àquelas em decorrência do exercício das 1.800.000 opções acima citadas
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

PLANO DE OPÇÕES	Período fiscal com fim em 31/12/2015
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6,00
c) Número de Membros Remunerados	1,00
d) Em relação às ações exercidas	
i. Quantidade	1.800.000
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,73
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 10.872.000,00
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	Não foram entregues ações, a não ser aquelas em decorrência do exercício das 1.800.000 opções acima citadas
ii. Preço médio ponderado de aquisição	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	

### 13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7:

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Para todos os Planos foi considerado como ativo base as ações Ordinárias (SUZB3) da Companhia, dado que a partir de 10 de novembro de 2017 as ações Preferenciais Classe "A" (SUZB5) foram convertidas para ações Ordinárias (SUZB3), conforme aprovado na Assembleia Especial de Preferencialistas Classe A e na Assembleia Geral Extraordinária, ambas realizadas em 29/09/2017.

- Plano de Ações Fantasma e Plano de Ações Fantasma Especiais

O valor das Ações Fantasma é dado pela média dos últimos 90 pregões, ponderada pelo volume, das cotações das Ações da Companhia multiplicado pelo TSR do período. No fechamento de 2017 o valor justo da Ação Fantasma foi de R\$ 18,88 para os planos vigentes.

- Plano Opções de Compra de Ações

#### Programa 3

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações, a Companhia utilizou o modelo Binomial. Como define a norma contábil vigente, no caso de planos liquidados em títulos (ações), o valor justo deve ser calculado na data de outorga. Para tal, as seguintes premissas foram consideradas:



Premissa	Valor Considerado
<b>Preço do ativo base</b> <sup>(1)</sup>	R\$ 7,73
<b>Expectativa de Volatilidade</b> <sup>(2)</sup>	40,47% a.a.
<b>Expectativa de vida média das opções</b> <sup>(3)</sup>	Igual ao prazo de expiração de cada lote
<b>Expectativa de distribuição de dividendos</b> <sup>(4)</sup>	3,4919% a.a.
<b>Taxa de Juros média ponderada livre de risco</b> <sup>(5)</sup>	8,99%a.a.

<sup>(1)</sup> O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões da ação da Companhia.

<sup>(2)</sup> A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos.

<sup>(3)</sup> A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pela data de expiração de cada um dos lotes.

<sup>(4)</sup> A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia.

<sup>(5)</sup> A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Neste programa não foram incorporadas premissas para refletir os efeitos esperados de exercício antecipado das opções.

- Plano SAR (Share Appreciation Rights)

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário através da comparação da TSR.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR.

Demais premissas consideradas (data base de 31/12/2017 – data de recálculo do valor do SAR para fins de fechamento):

Premissa	Valor Considerado
<b>Preço do ativo base</b> <sup>(1)</sup>	R\$ 18,88
<b>Expectativa de Volatilidade</b> <sup>(2)</sup>	37,93% a.a.
<b>Expectativa de vida média das opções</b> <sup>(3)</sup>	Igual à vida do contrato
<b>Expectativa de distribuição de dividendos</b> <sup>(4)</sup>	3,94% a.a.
<b>Taxa de Juros média ponderada livre de risco</b> <sup>(5)</sup>	11,65%a.a.

<sup>(1)</sup> O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões da ação da Companhia na data de cálculo da SAR.

<sup>(2)</sup> A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à data de cálculo das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade. Aqui apresentamos a média dessas volatilidades.

<sup>(3)</sup> A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.

<sup>(4)</sup> A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia. Aqui apresentamos a média da expectativa de dividendos utilizada no cálculo.

<sup>(5)</sup> A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. O valor apresentado representa a média entre cada uma das outorgas.

### 13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão:

	Conselho de Administração			Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
	ON	PNA	PNB	ON	ON
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão da Companhia <sup>1</sup>	147.242.219	-	-	7.006.225	14.202
Quantidade de ações detidas diretamente de emissão da Suzano Holding S.A. <sup>1</sup>	40.799.817	36.517.891	15.937.989	-	-
Quantidade de debêntures detidas de emissão da Companhia <sup>1</sup>	-	-	-	-	-

Nota: Nenhum dos administradores da Companhia detém diretamente ações ou cotas em controladas ou empresas sob controle comum da Companhia. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

<sup>1</sup> Posição acionária em 28 de fevereiro de 2018, conforme Formulário CVM 358.

### 13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9,00	6,83	3,00	18,83
c. Número de Membros remunerados	0	6,83	0	6,83
d. Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	02	N/A	N/A
f. Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	N/A

g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	2.613.702,20	N/A	2.613.702,20
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	350.807,40	N/A	350.807,40
i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	N/A

**13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Justificativa para o não preenchimento do quadro: item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

**13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:**

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2017	Exercício social encerrado em 31/12/2016	Exercício social encerrado em 31/12/2015
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	65,93%	66,06%	74,59%
Conselho Fiscal	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>65,93%</b>	<b>66,06%</b>	<b>74,59%</b>

**13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam:**

Órgão	Exercício social encerrado em 31/12/2017	Exercício social encerrado em 31/12/2016	Exercício social encerrado em 31/12/2015
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**13.15. Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:**

**Exercício social encerrado em 31/12/2017**

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, exceto com relação à participação de Administradores da Companhia no Conselho de Administração da Ibema Companhia Brasileira de Papel conforme informado no item 13.1(f) acima e detalhado no item a seguir.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselhos de Administração/Diretoria das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	5.299.430,35	-	-	5.299.430,35
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	72.000,00	264.000,00	-	336.000,00

### **Exercício social encerrado em 31/12/2016**

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselhos de Administração/Diretoria das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	5.101.901,68	-	-	5.101.901,68
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	72.000,00	-	-	72.000,00

### **Exercício social encerrado em 31/12/2015**

- Remuneração recebida em função do cargo no emissor:

Não houve remuneração percebida pelos Administradores da Companhia advindas de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

- Remuneração recebida em decorrência da participação em Conselhos de Administração/Diretoria das respectivas sociedades:

	Conselho de Administração <sup>(1)</sup>	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	9.131.113,03	-	-	9.131.113,03
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	2.355.646,00	-	-	2.355.646,00

<sup>(1)</sup> Remuneração recebida nas modalidades fixa e variável por participação em Conselhos de Administração e por integrarem a Diretoria de controladoras do emissor. As sociedades que arcaram com a remuneração demonstrada são Suzano Holding e IPLF Holding.

### **13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.